



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas**  
*Especialização Recursos Naturais e Ambiente*

**Dissertação**

**DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO  
CORREDOR DO RIO DANDE: O CASO DE SANTA BOLEA-TARI A NORTE  
DO MUNICÍPIO DO DANDE PROVÍNCIA DO BONGO**

Autor

**Corige Manuel**

**Orientador:**

Pedro Damião de Sousa Henriques

**Co-Orientador:**

Maria Leonor Pimenta Marques Verdete da Silva Carvalho

2012

**Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas**  
*Especialização Recursos Naturais e Ambiente*

**Dissertação**

**DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO  
CORREDOR DO RIO DANDE: O CASO DE SANTA BOLEA-TARI A NORTE  
DO MUNICÍPIO DO DANDE PROVÍNCIA DO BONGO**

Autor

**Corige Manuel**

**Orientador**

Pedro Damião de Sousa Henriques

**Co-Orientador:**

Maria Leonor Pimenta Marques Verdete da Silva Carvalho

2012

*Esta é a essência da ciência faça uma pergunta impertinente e cairá no caminho da  
resposta pertinente.*  
Bronwksi, J.

*Não se conhece completamente uma ciência enquanto não se souber a sua história.*  
Comte, A.

*A descoberta consiste em ver o que todos viram e em que pensar ninguém pensou.*  
Szent-Gyorgyi, A.

## *DEDICATÓRIA*

*Dedico este trabalho de investigação, bem como, todas as de mais conquistas, aos amados pais já falecidos que foram verdadeiros arquitectos do que hoje sou e particularmente da minha formação, esta dedicatória são extensiva a minha esposa Marcela Damião, a minha filha Isabel Corige, ao meu sobrinho Nelson Manuel, a Eng.<sup>a</sup> Agrónoma Sofia Pires e ao Sr. Roberto (chefe de Documentação e Informação) estes dois últimos funcionários do ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas de Angola. Graças a todos foi possível realizar este Trabalho.*

## **Agradecimentos**

Ao Omnipotente (Deus pai), aos meus incansáveis professores do MEGA, particularmente, a Prof<sup>ª</sup>. Doutora Maria Leonor da Silva Carvalho e o Prof. Doutor Pedro Damião Henriques e o Eng.<sup>º</sup> Doutor Domingos Santos que sempre tiveram paciência no acompanhamento e orientação técnica deste trabalho, sem esquecer a directora do MEGA, Prof<sup>ª</sup>. Doutora Maria Raquel Lucas, pela sua grande capacidade de organização e gestão do curso, bem como, aos professores do plano curricular e à todos quantos contribuíram no surgimento desta formação.

**DIFICULDADES NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO CORREDOR DO RIO  
DANDE: O CASO DE SANTA BOLEA-TARI A NORTE DO MUNICÍPIO D DANDE  
PROVÍNCIA DO BENGO**

**Resumo**

A região do corredor do rio Dande-Bengo apresenta problemas de várias ordens nas suas áreas rurais. Nesta região os problemas vão desde as infra-estruturas, transportes, saúde, educação, até ao problema de existência de uma agricultura rudimentar. A melhoria das condições de vida das populações rurais passa por uma intervenção integrada de promoção do desenvolvimento rural. O presente trabalho tem como objectivo identificar os principais constrangimentos no desenvolvimento da agricultura no corredor do rio Dande, caso do município com o mesmo nome, e propor estratégias para ultrapassar os constrangimentos com vista a contribuir na redução da pobreza e no aumento do desenvolvimento económico e bem-estar das populações. As dificuldades no desenvolvimento da agricultura no Corredor do rio Dande não são apenas da responsabilidade da falta de chuva mas sobretudo do fraco investimento tecnológico e de infraestruturas capazes de fazer face a esse desiderato.

**Palavras-chave:**

Constrangimentos, Corredor do Rio Dande, desenvolvimento agrícola, comercialização, redução de fome e pobreza.

**DEVELOPMENT CONSTRAINTS ON THE AGRICULTURE IN THE CORREDOR DO RIO DANDE: THE CASE OF SANTA BOLEA-TARI IN THE DANDE MUNICIPALITY PROVINCIA OF BENGO**

**Abstract**

The present work aims to identify the main constraints on agricultural development in the corridor of the river Dande, in the municipality with the same name, mainly the ones related to infrastructures, transport, health, education, until the problem of existence of a rudimentary agriculture. The present work aims to identify the main constraints to the development of the agriculture in corridor do rio Dande region, and to propose strategies to overcome these constraints contributing to the reduction of hunger and poverty and to the increase of the economic development and wellbeing of the people

The difficulties in the development of agriculture in the Corredor do rio Dande are not just the responsibility of the lack of rain but mostly of the weak technological investment and infrastructure able to cope with this problem.

**Keywords:**

Constraints, Dande River Corridor (DRC), region or zone, agricultural development, marketing, poverty and hunger reduction.

# ÍNDICE

	Pág.
Agradecimentos .....	v
Resumo .....	vi
Abstract .....	vii
Índice de Quadros e de Tabelas .....	x
Índice de Fotografias .....	xi
Prefácio .....	xii
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO .....	1
1.1 - Contextualização do estudo e problema .....	1
1.2 - Definição do objecto de estudo.....	2
1.3 - Justificação da investigação.....	3
1.4 - Organização do trabalho.....	5
CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO DO TEMA .....	6
2.1 - A pobreza e o meio rural.....	6
2.2 - A Província do Bengo.....	11
2.3 - O município do Dande.....	13
2.4 - As potencialidades da cultura da mandioca como exemplo promotor do desenvolvimento económico das zonas rurais.....	16
2.5 Constrangimentos do desenvolvimento da agricultura no corredor do rio Dande .....	20
2.6. - Caracterização do camponês e investidor do CRD.....	24
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA .....	26
3.1 - Material.....	26
3.2 – Método .....	26
3.3 - Área e tema de estudo .....	26
3.4 - Instrumentos de recolha de dados a utilizar .....	27
3.5 - Tratamento e análise dos dados.....	28
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS.....	29
4.1 – Caracterização dos agricultores e da família.....	29
4.2 – Caracterização dos recursos agrícolas e da agricultura.....	37
4.3 – Caracterização do rendimento .....	44
4.4 – Caracterização da ligação ao mercado.....	46
4.5 – Apoios à produção agrícola .....	49



	Pág.
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO.....	51
5.1- Principais conclusões do trabalho.....	51
5.2 – Recomendações .....	53
5.3 - Limitações do estudo.....	54
5.4 - Investigação futura .....	55
BIBLIOGRAFIA .....	56
ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO AOS AGRICULTORES.....	59

## ÍNDICE DE QUADROS E DE TABELAS

	Pág.
Quadro 2.1 – Índice de Desenvolvimento Humano e suas componentes em 2011.....	8
Quadro 2.2- Tecnologias actuais e propostas na produção intensiva de mandioca.....	19
Tabela 4.1 – Distribuição dos agricultores por género e classes de idade.....	30
Tabela 4.2 – Estado civil.....	30
Tabela 4.3 – Nível de instrução.....	31
Tabela 4.4 – Tipo de casa de habitação.....	32
Tabela 4.5 – Tipo de energia para cozinhar.....	33
Tabela 4.6 – Tipo de Luz.....	33
Tabela 4.7 – Tipo de água para consumo humano.....	34
Tabela 4.8 – Tipo de tratamento da água.....	34
Tabela 4.9 – Tipo de tratamento do lixo.....	35
Tabela 4.10 – Serviços de educação disponíveis.....	35
Tabela 4.11 – Serviços de saúde disponíveis.....	35
Tabela 4.12 – Bens de qualidade de vida.....	36
Tabela 4.13 – Refeições por dia.....	36
Tabela 4.14 – Número de vezes que come carne por mês.....	37
Tabela 4.15 – Propriedade da terra.....	38
Tabela 4.16 – Como obteve a terra de propriedade própria.....	38
Tabela 4.17 – Propriedade própria da terra.....	39
Tabela 4.18 – Futuros herdeiros da terra.....	39
Tabela 4.19 – Tomada de decisão sobre cultivo da terra.....	40
Tabela 4.20 – Culturas vegetais praticadas pelos agricultores entrevistados.....	40
Tabela 4.21 – Posse e utilização de factores de produção.....	41
Tabela 4.22 – Factores de produção variáveis comprados.....	42
Tabela 4.23 – Culturas com tratamentos.....	42
Tabela 4.24 – Tecnologia de produção.....	43
Tabela 4.25 – Origem da água de rega.....	43
Tabela 4.26 – Natureza da mão-de-obra utilizada nas culturas.....	44
Tabela 4.27 – Factores que influenciam a produção agrícola.....	44
Tabela 4.28 – Actividades agrícolas como fonte de rendimento.....	45
Tabela 4.29 – Actividades agrícolas de auto-consumo.....	45
Tabela 4.30 – Responsável por alimentar a família.....	46
Tabela 4.31 – Tomada de decisão sobre gastar dinheiro.....	46
Tabela 4.32 – Actividades de uso do dinheiro.....	47
Tabela 4.33 – Local de aquisição dos factores de produção comprados..	47
Tabela 4.34 – Local de venda dos produtos agrícolas.....	48
Tabela 4.35 – Meio de transporte para o mercado.....	49
Tabela 4.36 – Produtos agrícolas vendidos.....	49
Tabela 4.37 – Dificuldades na comercialização dos produtos agrícolas..	50
Tabela 4.38 – Meios de obtenção de informação.....	51

## ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

	Pág.
Fotografia 2.1 - Campo de mandioca no corredor do Rio Dande.....	16
Fotografia 2.2 - A água do rio Dande a correr para o mar.....	23
Fotografia 4.1 – O autor junto de uma das habitações dos inquiridos.....	32
Fotografia 4.2 – A margem esquerda do rio Dande onde se situam mais lavras....	33

## **PREFÁCIO**

Esta Dissertação é o culminar do curso de mestrado, em Economia e Gestão Aplicadas, opção, Recursos Naturais e Ambiente, realizado pelo autor, pela Universidade de Évora, Portugal. O tema teve a ver com as dificuldades do desenvolvimento da agricultura, na região norte da cidade de Caxito, município do Dande, província do Bengo-Angola, numa zona considerada, semiárida, próximo da costa Atlântica, região que designamos aqui por Corredor do Rio Dande (CRD). Neste trabalho dedica-se especial atenção aos capítulos 2 no seu ponto 2.5 sobre os constrangimentos do desenvolvimento da agricultura e no capítulo 4, que fala dos resultados apurados durante a investigação.

Fizemos referência aos objectivos e às razões motivacionais sobre o tema, que tão-somente acreditamos vem ajudar, em primeira mão os próprios camponeses ou agricultores, eventuais investidores e às autoridades, na valorização do potencial agrícola da região e, para que se preste maior atenção, à possibilidades de implantação de um sistema de rega e consequente mecanização agrícola. Foi necessário também, destacar a cultura da mandioca entre as várias praticadas na região por ser aquela que mais se adapta ao clima e que constitui, juntamente, com os seus derivados, um produto de segurança alimentar e nutricional, pois, a população do Corredor do Rio Dande, em particular, e do norte e leste de Angola, em geral, não se sente alimentado, durante 24 horas, enquanto não comer o funge, um dos derivados da mandioca.

Fizemos ainda referência, aos problemas de índole social, desde a escassez de infraestruturas básicas que devem proporcionar o desenvolvimento humano, estamos a falar, das escolas, postos ou centros médicos, estradas secundárias que possam fazer ligação com o campo, pequenas indústrias transformadoras, bem como, a questão da preservação do ambiente, sobretudo, a forma indiscriminada de desmatção para o fabrico da lenha, do carvão e de troncos utilizados na construção para o suporte de placas de betão no lugar dos extensores metálicos.

Surgiram também constrangimentos na elaboração desta dissertação, por temos pouca ou nenhuma obra escrita, como tese, manuais de apoio sobre agricultura na região e que pudesse ajudar e servir de bibliografia de referência. Foi possível, em algumas questões, recorrer a trabalhos de investigação científica, de zonas de outros países como Brasil, que possuem características similares (zonas áridas e semi-áridas), sem descurar o valioso contributo dos seus professores orientadores desta obra.

Pensamos que, fica qui com este trabalho, um contributo naquilo que constitui a luta contra fome e a pobreza como um dos objectivos do milénio. Confiante de que servirá de trabalho de apoio a novas investigações que ajudem a desenvolver a agricultura em regiões do género sem grandes constrangimentos.

O Autor

## **CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO**

A sobrevivência da espécie humana depende da capacidade de sustentação dos recursos naturais, particularmente da terra e da água. Os recursos do meio ambiente devem ser usados de maneira responsável, a fim de que a produtividade da terra possa crescer e se preservar ao longo do tempo. As diversas formas de uso da terra e da água devem obedecer ao princípio de que a utilização não pode exceder a capacidade de renovação de tais recursos.

O desenvolvimento rural sustentável deverá resultar não apenas na melhoria dos indicadores sociais e económicos, mas também na preservação do meio ambiente. Assim, na formulação das políticas de apoio ao desenvolvimento agrícola e rural, a questão da melhoria do bem-estar humano deve ser central mas a questão ambiental deverá estar presente na formulação, implementação e avaliação das acções desenvolvidas.

### **1.1 - Contextualização do estudo e problema**

A população ao longo do corredor do rio Dande (CRD), em especial os da região da Santa Boleia – Tari e Jungo até as localidades próximas do Úcua, dedica-se fundamentalmente à agricultura, onde se pode observar a produção da mandioca, milho, amendoim, feijão, batata-doce, batata-inhame, banana, hortícolas, consideradas essencialmente culturas de subsistência. Os poucos rendimentos obtidos na venda dos produtos acima referidos servem para aquisição de outros bens industriais de primeira necessidade. Grande parte dos camponeses estão organizados em associações, sendo a mais visível a Associação de Camponeses “Campo Suor”, abreviadamente, ACAMPOSSUOR, que tem por função, organizar os seus associados em cooperativa, gerir as cotizações para um fundo que visa a manutenção das vias de acesso da estrada principal às lavras e realizar transacções comerciais no mercado. Mas nota-se uma certa impotência, da parte da associação, devido a pobreza extrema de que esses membros estão votados para que tenham regularidade no pagamento da quota. Outrossim, se tivermos em linha de conta que a produtividade não atinge os níveis necessários e possíveis devido ao facto da falta de irrigação, ou seja as culturas não se desenvolvem de acordo com a boa qualidade dos solos que a região possui por falta da água, uma vez que a pluviosidade é escassa e mal distribuída ao longo do ano.

As dificuldades na transportação do pouco que resta da produção durante a seca, depois de colhido, é vendido ao longo da estrada nacional Caxito-Uíge a preços que as vezes dependem do comprador. Pode-se imaginar quão constrangedor é este facto, para essa população duma região que carece de tudo, desde a assistência médica e medicamentosa a outros bens de primeira necessidade.

Apesar das dificuldades no desenvolvimento agrícola na região por falta de chuvas e condições para rega, com um certo esforço é possível sair-se dessa situação se houver um investimento sério. Como o curso do rio se encontra a cerca de três, quatro ou mesmo cinco quilómetros das últimas lavras, a aquisição de equipamentos capazes de levar a água numa elevação e daí por sistema de gravidade para poder chegar as plantações, seria uma forma de resolver esta forte dependência de chuvas.

De forma inteligente, os camponeses têm ensaiado determinadas culturas que se adaptam ao clima o que tem dado resultado, mas são árvores de frutas (mangueiras, laranjeiras, cajueiros, tangerineiras, palmeiras, ananás e algumas que exigem um tratamento aturado), cujo, período de maturação ao rendimento é de longa duração, e a sua produção envolve uma fase de instalação e um ciclo vegetativo mais ou menos longo.

Assim sendo podemos dizer que os constrangimentos no desenvolvimento da agricultura no Corredor do Rio Dande província do Bengo, particularmente, no Tari, Santa Boleia, Jungo até as aldeias próximas do Úcua, estão na base do fraco desenvolvimento das infra-estruturas económicas e sociais da região, constituindo o problema em análise.

## **1.2 - Definição do objecto de estudo**

Com este trabalho de pesquisa pretende-se sobretudo estudar os constrangimentos ao desenvolvimento da agricultura no Corredor do Rio Dande e os efeitos que provocam às populações da região próxima do litoral, em particular e, à economia Nacional em geral, criando situações de limitação de ordem social e ambiental.

O objectivo principal desta tese será caracterizar as principais limitações dos agricultores da região nas suas diferentes facetas, de modo a que seja possível aos técnicos e responsáveis políticos, a partir dessa identificação, encontrar soluções que permitam aos camponeses e eventuais empreendedores da Santa Boleia-Tari e Jungo, até as proximidades do Úcua, efectuar uma agricultura que não dependa, simplesmente, das escassas chuvas que surgem na região e que tenham condições propícias para a rega

das culturas, com vista a maximizarem a sua produção e poderem sair de uma agricultura tradicional e de subsistência para uma agricultura mecanizada, produzindo em qualquer época e contribuindo assim para o combate a fome.

Para que este objectivo geral seja alcançado será necessário atingir os seguintes objectivos específicos:

- Caracterizar as condições de vida do agricultor e da sua família;
- Caracterizar a exploração agrícola e as tecnologias da principal cultura (da Santa Boleia-Tari, jungo e outras localidades antes do Úcua), da mandioca, considerada um produto de segurança alimentar e nutricional da região, dando ênfase ao papel que ela desempenha;
- Identificar se houver os apoios à produção recebidos pelos agricultores;
- Identificar os motivos que provocam as dificuldades ou constrangimentos do desenvolvimento da agricultura;
- Propor soluções que visem minimizar os constrangimentos no desenvolvimento da agricultura na região.

### **1.3 - Justificação da investigação**

Esta investigação justifica-se não só pela sua utilidade para as populações do corredor do rio Dande, mas também pela oportunidade, tendo em conta os módulos ministrados ao longo da formação em metodologia aplicada, de a aplicar para estudar os constrangimentos no desenvolvimento da agricultura na região, isto é, no município do Dande, província do Bengo.

Este trabalho de pesquisa visa contribuir para o esforço Nacional e Universal do combate a pobreza sobretudo no meio rural, particularizando-se, aqui a região da Santa Boleia – Tari e em geral, o corredor do rio Dande.

Sabemos que, a agricultura familiar pelas suas características tem um lugar preponderante, em qualquer sociedade, e Angola e o CRD não são excepções, um dos objectivos da investigação é procurar que ela ocupe um espaço de destaque, devendo ser apoiada, organizada estruturalmente, transformá-la progressivamente de uma actividade de subsistência para uma actividade direccionada para o mercado e de forma competitiva.

### **Razões de escolha do tema**

O corredor do Rio Dande possui grandes potencialidades agrícolas e pecuárias, para além dos solos férteis e das águas do Rio Dande, a região apresenta insolação abundante, factores que seriam suficientes para o desenvolvimento da agricultura, mas as populações deste corredor vivem em situação de pobreza e de estagnação económica e social. Para reverter o quadro, há necessidade de reconhecer os constrangimentos na agricultura que constitui um factor determinante para dar solução dos problemas.

Este trabalho surge em função das experiências penosas vividas pelo autor na região, nomeadamente, a questão da estiagem, das dificuldades ligadas às vias de comunicação, enfim, da escassez das infraestruturas básicas, que devem sustentar o combate à fome e à pobreza, pressupostos básicos para o desenvolvimento humano, proporcionaram a sua motivação na escolha do mesmo, para que possa ajudar o mundo académico do país e não só, como as autoridades a quem de direito a olharem atentamente aquela região, cuja população que tem tanta vontade de trabalhar no campo para seu bem e do país, carecem de condições para o desenvolvimento da agricultura.

Como resultado da situação de falta de quase tudo, para sua sobre vivência, a população da região pratica actividade de fabrico da lenha e do carvão, contribuindo, negativamente, na destruição do ecossistema e consequente degradação do meio ambiente.

Com efeito, as autoridades ligadas Agricultura, em especial, a dos Recursos Florestais, têm estado a levar a cabo campanhas de educação e mobilização, no que tange, a matéria de conservação da natureza, o que não tem sido tarefa fácil, dadas as dificuldades da população acima apontadas.

Espera-se que este trabalho consiga mobilizar o empresariado nacional e não só, com apoio das autoridades para que comecem a investir na região, sobre tudo, no sector agropecuário, para incentivar e motivar o interesse e a competição que visem eliminar as assimetrias regionais que se verificam, ajudando assim na eliminação da fome e da pobreza. Já que para impulsionar a aparição de agentes empresariais, o estado Angolano tem estado a criar instrumentos jurídicos que orientam os interessados.

Outrossim, o governo criou instrumentos de acção, como “Angola Investe” e outros através das quais os empresários podem ter acesso aos financiamentos necessários para a realização dos seus projectos, proporcionando, para o efeito, mais emprego para às populações.



### **Motivações pessoais e profissionais e eventuais contributos do trabalho**

Sendo descendente de camponeses, o sentimento é ser um agricultor com uso de tecnologias modernas, considerando que, na mesma região tenho quatro hectares cultivados de forma tradicional, sinto na carne o sofrimento daquele povo. A intenção de ter escolhido este tema é a de procurar ajudar no sentido de ver modernizada a agricultura aí praticada, com vista a melhorar o bem-estar dos mesmos, quiçá, contribuir para o combate a fome, bem como, contribuir para o desenvolvimento agro-industrial do país, considerando agricultura como base. Estas são entre outras as motivações pessoais. Do ponto de vista profissional, colocar em prática aquilo que aprendemos durante a nossa formação e procurar conciliar no terreno técnicas económicas vistas, de forma a maximizar rendimentos e procurando minimizar, como é óbvio, os custos. A dissertação pode dar um contributo no campo científico, concretamente, na área da economia agrícola.

### **1.4 - Organização do trabalho**

O trabalho está organizado da seguinte forma, depois do Capítulo 1 em que se faz a contextualização do estudo, se define o problema e os objectivos do estudo, no Capítulo 2 faz-se uma revisão da literatura, caracteriza-se a província do Bengo e o município do Dande, objecto do estudo e mostra-se a importância da cultura da mandioca para o desenvolvimento da região. O Capítulo 3 trata a metodologia, isto é, material e método usados, sujeitos, métodos, técnicas e instrumentos da recolha de dados utilizados e metodologia utilizada para análise de dados. No Capítulo 4 analisam-se os resultados e, no Capítulo 5 tecem-se algumas conclusões, no caso, as principais conclusões do trabalho, limitações do estudo e propostas de investigação futura.

## **CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO DO TEMA**

Neste capítulo começamos por fazer um enquadramento da pobreza no meio rural e das suas causas e consequências em Angola. Na segunda parte do capítulo fazemos uma caracterização da zona a estudar, identificando genericamente alguns dos seus constrangimentos.

### **2.1 - A pobreza e o meio rural**

Qualquer processo de desenvolvimento sustentável e socialmente equilibrado carece de uma estabilização económica no que respeita aos equilíbrios macroeconómicos fundamentais. Nas economias africanas torna-se premente que o estado olhe atentamente para as disparidades sociais e de desenvolvimento regional, para as acessibilidades aos serviços básicos, para a segurança alimentar e a pobreza, para as condições de mobilidade da população e dos recursos, vectores fundamentais para a estabilidade e unidade nacional (Mosca, 2004).

O conflito armado pós-independência que assolou Angola, dando lugar a 27 anos de guerra civil, deixou um quadro dramático em que a maior parte das infra-estruturas foi destruída, a economia foi destruída, grande parte da população rural foi obrigada a deslocar-se para o meio urbano, levando à perda da importância da agricultura na economia do país, tornando-o fortemente dependente das importações e do sector petrolífero. O país foi arrastado para uma condição de destruição, com milhões de angolanos a sofrerem de fome e pobreza (Pinto, 2008; Pacheco *et al.* 2011).

Angola que era um país auto-suficiente na generalidade dos alimentos, antes do conflito armado pós-independência, viu-se empurrada para uma situação de dependência externa provocada pelo abandono da agricultura familiar e pela desestruturação do comércio rural.

A paz definitiva chegou em 2002 encontrando-se o país envolvido na tarefa de revitalização e reconstrução para o desenvolvimento. O Governo de Angola tem vindo a executar um conjunto de políticas tendentes a garantir a dinamização do processo de reconstrução e revitalização da economia nacional, o combate à fome e à pobreza e a consolidação da unidade e reconciliação nacional. Tendo adoptado os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), o Governo de Angola tem demonstrado empenho em contribuir para a prossecução desses objectivos, em particular com as prioridades de redução da fome e pobreza no âmbito das agendas da Nova Parceira para o

Desenvolvimento de África (NEPAD) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). A Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN) insere-se neste contexto, dela fazendo parte o Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN).

De acordo com o ENSAN (2009) é seu objectivo geral “contribuir para que todos os angolanos tenham a todo o momento, disponibilidade de alimentos com qualidade e variedade adequada, e acesso físico e económico a esses alimentos que lhes permita contribuir para o desenvolvimento humano, económico e social de Angola”. A concretização deste objectivo geral passa por uma série de acções que vão desde o aumento sustentável da produção agro-pecuária e pesqueira, garantia da disponibilidade, estabilidade e sustentabilidade da oferta de produtos alimentares, melhoria das condições de acesso aos alimentos, aos serviços primários de saúde, educação e saneamento básico, garantia da segurança sanitária e qualidade dos alimentos e água para consumo, criação e implementação de sistemas de monitorização da segurança alimentar e nutricional e ainda pela criação de uma plataforma intersectorial de coordenação das políticas e acções em matéria de segurança alimentar e nutricional com participação da sociedade civil. A concretização destes objectivos está em sintonia com o Programa do Governo para o período 2009-2013.

Assim, sendo o sector agro-pecuário de fundamental importância para a vida económica e social do país, a sua reabilitação deve ser assegurada através da estabilização das populações no meio rural e a criação de melhores condições de vida no campo, concorrendo para aumentar a produção e a produtividade da agricultura nacional, para a promoção da auto-suficiência e da segurança alimentar e para o desenvolvimento da agro-indústria e da exportação dos produtos agrícolas. O Programa do Governo para o período 2009-2013 visa a revitalização e diversificação da economia rural, contribuindo para a estabilização das populações no meio rural e a criação de melhores condições de vida no campo. Pretende ainda a reabilitação de infra-estruturas para o relançamento do sector agrário e contribuir para a implementação de uma linha de crédito de campanha. O Governo acredita que esta melhoria irá promover a produção e a produtividade da agricultura, assegurando a segurança alimentar, contribuindo não só para o desenvolvimento da indústria agro-alimentar mas também para o fomento das exportações dos produtos agrícolas (OGE, 2011).

Sendo a pobreza uns dos maiores problemas observados nas zonas rurais do país, as preocupações do governo angolano prendem-se com a melhoria das condições de vida

da sua população numa clara tentativa de superação da fome e pobreza. A erradicação da pobreza e da fome é a primeira meta a atingir das que foi fixada na Cimeira do Milénio realizada em 2000. Para a concretizar é necessário definir os instrumentos de política a seguir e, em seguida, fazer a abordagem necessária à sua implementação.

A população angolana estimada para 2011 era de 19,6 milhões de pessoas, com uma taxa de crescimento 2010-2015 de 2,7% (PNUD, RDH, 2011). Esta população é maioritariamente jovem com cerca de 45% com idade inferior a 15 anos. A população urbana representava 59,4% do total, e apenas 40,6% era população rural.

Uma das medidas de desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice é uma medida agregada do progresso em três dimensões – saúde, educação e rendimento. Em 2010, o PNUD no seu Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) modificou os indicadores usados para medir o progresso na educação e no rendimento e alterou a forma como são agregados. De acordo com aquele relatório, na dimensão do conhecimento, a média de anos de escolaridade substitui a alfabetização e as matrículas brutas são reformuladas como anos de escolaridade esperados. Já para medir o padrão de vida, o rendimento nacional bruto (RNB) *per capita* substitui o produto interno bruto (PIB) *per capita*. Esta opção justifica-se devido ao facto de num mundo globalizado, as diferenças entre o rendimento dos residentes de um país e a sua produção interna serem frequentemente grandes.

Estimativas recentes do PNUD (2011) colocam Angola, em termos de IDH, na 148ª posição entre 187 países, com um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,486 (Quadro 2.1).

A esperança média de vida à nascença estava estimada em 51,1 anos, com uma taxa de mortalidade infantil de 16,3% e de mortalidade abaixo dos 5 anos de 20,3%. Apresentava ainda uma taxa de fertilidade de 5,8%.

Quadro 2.1 – Índice de Desenvolvimento Humano e suas componentes em 2011

IDH	Esperança de vida à nascença (anos)	Média de anos de escolaridade	Anos de escolaridade esperados	RNB per capita (PPC USD 2005)
0,486	51,1	4,4	9,1	4,874

Fonte: PNUD (2011)

Dados oficiais de 2008/09 (Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População, 2010) indicam que 37% da população vive abaixo do limiar de pobreza nacional, dos quais 58% correspondem a população rural. O mesmo inquérito indica que 42% da população

tem acesso a água apropriada para beber, cerca de 60% tem acesso a saneamento apropriado e 40% tem energia eléctrica. Em contrapartida, o relatório do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (2010), aponta que mais de 50% dos angolanos vivem abaixo da linha de pobreza, contrariando assim os 37% avançados pelo Inquérito ao Bem Estar da População (IBEP). O Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica (UCAN) socorreu-se ainda do relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano 2010, onde se calcula que um valor de 54,3% da população vive abaixo do limiar da pobreza com um rendimento de 1,25 dólares por dia, expresso em paridade de poder de compra.

O nível de desenvolvimento humano em Angola ainda está longe de atingir os objectivos definidos na Cimeira do Milénio, e se a economia rural e urbana não absorver a parte da população que está abaixo do limiar da pobreza, é provável que a problemática da pobreza continue a assolar o país, através do desemprego.

Vários têm sido os estudos que abordam a problemática da pobreza em Angola nas suas diferentes facetas: o seu perfil (INE 1996; MINADER 1997; Grave & Ribeiro 1999; Ceita 2001; Carvalho 2004a; Carvalho 2004b), a sua parte subjectiva (Carvalho 2004b), a exclusão social (Carvalho 2004a), as suas causas e consequências (Grave & Ribeiro 1999; Governo de Angola 2005), e sua relação com o género (Ducados 1994; Ducados 2000).

De acordo com M'Bomba *et al.* (2009 a), as causas da pobreza rural são de ordem diversa, indo do longo conflito armado, passando pela baixa fertilidade do solo, pela utilização de variedades de baixa qualidade, pela vulnerabilidade genética da mandioca às doenças, pela fraca diversificação das culturas alimentares e nutricionais, pela falta de água potável, e ainda pelo mau estado das vias de comunicação, mormente as secundárias e terciárias, pela falta de infra-estruturas de apoio à produção agrícola (irrigação, extensão, crédito rural, pesquisa agrícola, mercados e comercialização), pela ausência de uma rede de infra-estruturas sociais (saúde, educação, formação profissional de mão-de-obra e abastecimento de água) e pela baixa capacidade institucional a nível da base. Estas limitações reflectem-se principalmente na fraca educação sanitária das comunidades rurais, na assistência técnica agrícola inadequada, no baixo nível de escolaridade das comunidades rurais e em formas de percepção e compreensão míticas (convicções tradicionais) que muitas vezes habitam no homem rural, gerando, passividade ante os desafios da natureza e do desenvolvimento (M'Bomba *et al.* 2009 a e b).

Angola é um dos países com maior potencial de desenvolvimento do continente africano. No entanto, continua a depender fortemente das importações, nomeadamente dos bens de consumo corrente onde se incluem os alimentos. O petróleo, dominando o quadro económico do país, apresenta-se como o principal “inimigo” da agricultura (Pacheco, 1997). A Angola agrícola e rural transformou-se numa Angola dependente de um mono-produto – o petróleo –, gerando o empobrecimento da maioria da população (Neto *et al.* 2006). A política económica seguida, dando primazia ao petróleo, piorou a situação da agricultura já tão debilitada devido aos longos anos de conflito armado.

Dados do Ministério da Agricultura, indicam que o sector agrícola empregava em 2009 cerca de 4,4 milhões de pessoas, na sua maioria do sexo feminino (52%) e jovens. Estimativas do Ministério para o período 2009-2013 mostram um acréscimo em termos de emprego directo e indirecto, prevendo-se que se gerem no sector mais de 78 mil empregos rurais directos.

A área cultivada no ano agrícola de 2009/10 foi de cerca de 4,9 milhões de hectares, repartidos por empresas agrícolas familiares (94,2% da área total cultivada) e por explorações agrícolas do tipo empresarial (estimativas do Ministério da Agricultura, 2010). Os agricultores familiares representam mais de 99% do número total de agricultores. A área média das explorações familiares era de 2,32 ha e a das explorações tipo empresarial era de 34,08 ha.

As empresas agrícolas familiares têm um papel preponderante na produção de produtos agrícolas, sendo responsáveis por mais de 95% da produção de raízes e tubérculos, leguminosas e oleaginosas e frutícolas; por cerca de 74% da produção de cereais e por 41,6% nas hortícolas. A maior parte da área cultivada é dedicada à produção de cereais, sendo também as raízes e tubérculos culturas importantes em termos de área utilizada (MINADER, 2008/09). Os produtos agrícolas mais produzidos em Angola são a mandioca, a batata doce, o milho, as bananas, a batata, as hortícolas, o feijão e o amendoim.

O Relatório do Ministério da Agricultura relativo aos resultados da campanha 2008/09 refere o número reduzido de tractores, e que a sua utilização apenas se verifica a nível do sector empresarial. A charrua de tracção animal é usada tanto no sector familiar como no empresarial, mas com uma média por exploração que não ultrapassa os 0,2 e 0,3 instrumentos nos sectores familiar e empresarial, respectivamente.

Pacheco *et al.* 2011 refere que alguns dos constrangimentos relativos ao desenvolvimento da agricultura angolana estão relacionados com o baixo nível do

capital humano e de conhecimentos, com a disponibilidade de recursos financeiros e com a ausência de incentivos aos produtores e técnicos. Aqueles autores enumeram para o baixo nível do capital humano e de conhecimentos aspectos relacionados com baixo nível tecnológico e dificuldades de acesso aos factores de produção, ausência de um serviço de extensão rural eficaz, investigação pouco evoluída, gestão deficiente, custos de produção elevados. No que toca à disponibilidade de recursos financeiros, os principais constrangimentos dizem respeito ao mau estado das estradas e à falta ou degradação de outras infra-estruturas. A ausência de incentivos aos produtores, provedores de serviços e técnicos provoca êxodo rural, feminização crescente da actividade agrícola, inexistência de serviços financeiros rurais ou grande fragilidade quando existem, possíveis conflitos de terras, baixa condição de vida das populações e ambiente pouco atractivo para o investimento empresarial.

## **2.2 - A Província do Bengo**

A província do Bengo corresponde a uma área administrativa do país, tendo sido criada por força da Lei nº 3/80 de 26 de Abril, com capital na vila de Caxito, não obstante a inexistência de estruturas administrativas de nível Provincial. A Província contorna a Província capital de Luanda, encontra o oceano a oeste, as províncias do Zaire e do Uíge a norte, do Kwanza Norte a leste e do Kwanza Sul a sul. A sua capital, Caxito, situa-se 55km a norte de Luanda, e a 295 Km do Uíge.

Administrativamente divide-se em 8 Municípios e 32 Comunas: Ambriz, Nambuangongo, Dande, Icolo e Bengo e Kisama, Dembos, Pango-Aluquem, Bula Atumba. Tem uma área de 41.000 Km<sup>2</sup>, e uma população de 500.000 habitantes.

A maioria da população desta província configura o complexo sociocultural Ambundu e Kikongo no Noroeste da província, fundamentalmente, o município do Ambriz. São locutores do Kimbundu e Kikongo, características que partilham com os seus parentes mais próximos que habitam outros espaços mais precisamente nos limites que conformam por exemplo as províncias de Luanda, Kwanza-Norte, Kwanza Sul, com as quais faz fronteira.

O Bengo é auto-suficiente no que refere à actividade agrícola. Produz mandioca, abacateiro, ananás, feijão, sisal, palmeira-de-dendém, cana-de-açúcar, rícino, goiaba, mamão, massambala, citrinos e produtos hortícolas. É também uma produtora de café e de algodão. A pecuária está dirigida à bovinicultura de carne.

Beneficiando de uma costa favorável, a pesca é praticada na Barra do Dande e no Ambriz (a norte) e no Cabo Lêdo (a sul). Esta última pratica-se nas pequenas ínsulas dos rios Bengo e Ndanji, cuja espécie mais procurada é o Kakusso. Com este espécime lagunlar produz-se um prato que já se tornou referência na gastronomia angolana acompanhado do feijão de óleo de palma. A pesca marítima nesta região é assinalada positivamente sobretudo na área do Ambriz onde os crustáceos como camarão e lagosta, são recursos piscatórios que contribuem na promoção de receitas na balança de exportações.

Actualmente, a indústria da Província produz materiais de construção. Como recursos minerais é de referir, caulino, gesso, asfalto, calcário, quartzo, ferro, feldspato e mica.

A Província muito bem localizada junto à capital e ao oceano, terá certamente um grande futuro como destino turístico. Aqui se situa (zona sul), o famoso Parque Nacional da Quissama, com 9.600km considerado área prioritária de desenvolvimento turístico nacional que albergava, antes dos conflitos armados, populosa fauna.

O actual parque industrial da província circunscreve-se nas actividades desenvolvidas na Comuna do Bom-Jesus com fábricas de refrigerantes, de água mineral e de cerveja assim como no domínio da indústria extractiva nomeadamente exploração de gesso, asfalto e fosfato. Entretanto, registam-se já algumas acções que poderão despontar nos próximos tempos, nomeadamente no sector florestal com a implantação de uma serração em Caxito, no sector de materiais de construção a fábrica de tijolos em Catete, bem como nos domínios da indústria de transformação com a projectada construção da fábrica de secagem de carnes.





## 2.3 - O município do Dande

O município do Dande, onde se localiza a sede capital da província do Bengo, possui 3 comunas das quais destacamos a de Caxito com uma superfície de 6528,5 km<sup>2</sup> e uma população de 90.109 habitantes. Está localizado na margem direita do rio Dande, entre as latitudes 8° 33' S e 8° 37' S e as longitudes 13° 32' E e 13° 42' E.

O Corredor do Rio Dande (para margem direita conforme o percurso das suas águas) ou Dande (para margem esquerda conforme o percurso das suas águas), estende-se do seu afluente em Negage-Uige à foz da barra do Dande num espaço de pelo menos 250 kms. O estudo deste trabalho, limitou-se a 25 kms ao norte de Caxito até próximo da localidade do Úcua, uma região que possui relevo e habitantes com usos e costumes homogêneos. Ao sul desta delimitação, isto é, da cidade de Caxito e arredores à Barra do Dande, os habitantes são maioritariamente dedicados aos serviços administrativos,

comércio de mercadorias manufacturados e à pesca marítima, enquanto mais ao norte deste corredor, existem florestas densas e as chuvas são abundantes.

A zona integra-se quase totalmente na região semiárida (D) e árida (E) do litoral angolano e possui um clima tropical quente e húmido que, de acordo com a classificação de Thornthwaite, varia desde o sub-húmido (C2) a húmido chuvoso (B1 e B2, megatérmico em grande parte da área e mesotérmico na faixa periférica interior.

As médias da humidade relativa são muito elevadas ao longo do ano, atingindo os valores máximos na época seca. Durante a estação das chuvas a precipitação pode variar entre os 400 mm e os 1500 mm na periferia interior, caracterizando-se a sua distribuição por apresentar uma enorme variabilidade.

A temperatura média anual oscila entre os 22° e 26°. A insolação é baixa. Na classificação climática de Koppen, a zona é em grande parte de clima seco de estepe, muito quente (BSh'), enquadrando-se também em clima tropical chuvosos, de estação seca no inverno (Aw) (Diniz, 1973).

De acordo com Diniz (1973 e 1998), a zona apresenta um relevo em geral ondulado suave, ou tipicamente ondulado nalgumas áreas, mas também um relevo pronunciado por vezes até acidentado. A descontinuidade da plataforma deve-se unicamente à acção dos cursos dos rios que rasgaram vales largos e profundos dando lugar a extensas planícies fluviais. A zona abrange ainda a faixa subplanáltica, superfície intermédia que marca a transição para o interior planáltico, com altitudes médias compreendidas entre os 400 e os 600 m, onde se erguem frequentemente formas residuais de relevo.

Sob o ponto de vista geológico podem considerar-se as formações rochosas e cristalinas e rochas sedimentares consolidadas do Precâmbrico superior.

Relativamente aos solos, constata-se a existência duma estreita correlação entre as principais unidades-solo e os materiais litológicos de que derivam, existindo uma grande variabilidade de tipos de solo. No aspecto textural encontram-se representados tanto os solos grosseiros como os de texturas finas. Na zona podem encontrar-se solos aluvionais fluviais ao longo dos principais rios, solos musseque de textura grosseira e profundos, barros negros e barros pardos, solos arídicos tropicais, solos calcários pardos, solos fersialíticos tropicais, solos ferralíticos, litossolos. Os solos musseque de textura grosseira e profundos estão em correspondência com as superfícies sobrelevadas de sedimentos quartzosos do Plistocénico. Os barros negros e barros pardos de textura pesada estão em correspondência com as áreas aplanadas ou de depressão de vale ou em situações de encosta. Os solos arídicos tropicais de texturas médias com maior

representação a norte do Dande estão em correspondência com situações de relevo aplanado ou suavemente ondulado. Os solos calcários pardos de texturas finas com boa representação entre o Dande e o Cuanza estão correlacionados com materiais calcários do Cretácico e do Eocénico. Os solos fersialíticos tropicais que são os mais representativos da zona agrícola, correlacionam-se com as formações de rochas cristalofílicas gnáissicas ou granito-gnáissicas do Maciço Antigo e com rochas gresosas do Cretácico inferior. Os solos ferralíticos e paraferalíticos aparecem já numa área marginal com maiores precipitações. Os litossolos estão associados a afloramentos rochosos de fraca espessura assentes em substrato rochoso a pequena profundidade associados a material pedregoso (Diniz, 1973).

Nesta zona agrícola ocorrem distintos agrupamentos vegetais quase todos denotando xerofitismo mais ou menos acentuado devido à fraca precipitação anual. Podem destacar-se galerias florestais edáficas que são formações de floresta sempervirente que revestem as orlas marginais dos cursos de água, ou o fundo de vales muito estreitos, o mato brenhoso alto e formações florestais secas, que caracterizam especialmente os solos calcários pardos e os fersialíticos, é constituído por vegetação densa de árvores e arbustos com dominância de espécies de folha caduca, os balcedos de *Strychnos ligustroides*, formação com aspecto de mato cerrado específica dos solos musseque, as savanas com arbustos e árvores (*Andansonina*, *Sterculia*, *Acacia*) que revestem as mais extensas superfícies da zona, ligadas a solos fersialíticos argiláceos e a solos arídicos tropicais, com um estrato herboso denso e de porte médio a alto, a savana herbosa de *Setaria welwitschii* nos solos de texturas pesadas, principalmente os barros e solos afins, as formações estépicas com *Hyphaene gossweileri* em superfícies aplanadas e mais arrimadas à costa marítima correspondentes a solos grosseiros de musseques, os prados palustres nas superfícies baixas dos principais rios, de extensões apreciáveis correspondendo a pradarias graminosas (Diniz, 1973).

De acordo com o MINADER (1999), esta zona agrícola insere-se na região agrícola I que corresponde às zonas litorais de baixa altitude, com economia assente na agricultura e na pesca. A cultura principal é a mandioca, complementada pelo milho nas zonas de solos mais pesados, pelo palmar nas galerias e pela pesca artesanal, tanto nas águas interiores como na costa marítima. Uma vez que esta zona envolve áreas cuja utilização agrícola é limitada pela falta de água ao longo do ano, não só pela reduzida precipitação mas também pela grande variabilidade da sua distribuição, quando ocorram solos férteis é de preconizar o uso generalizado do regadio (Diniz, 1998).

O Corredor do Rio Dande, na região em estudo, é constituído por uma multicultural, originária do interior e maioritariamente etnolinguístico Kimbundu com pelo menos 70%, 20% de Kikongo, 5% Umbundo e outros. Economicamente, essa população sobrevive da agricultura tradicional, da caça e da pesca artesanal, dedicam-se a várias actividades como o fabrico do carvão, recollecção de frutos silvestres como a múcua (fruto do embondeiro), na agricultura de subsistência destacam-se a mandioca, o milho e a banana.

#### **2.4 - As potencialidades da cultura da mandioca como exemplo promotor do desenvolvimento económico das zonas rurais**

Dado o papel que a mandioca ocupa na dieta alimentar da população do CRD (Corredor do Rio Dange), e de grande parte da população angolana, entre outras descascamo-la, por ser aquela que constitui o sustentáculo no seu modo vivendo.

A cultura de mandioca é caracterizada pela boa adaptação aos climas quentes e secos, apesar de que os melhores rendimentos se obtêm nos climas quentes e húmidos em solos ricos em matéria orgânica e potássio.

Do ponto de vista da economia das famílias, a mandioca constitui um factor de estabilidade económica e segurança alimentar, a mandioca compara-se ao pão de mesa das populações da Ásia e da Europa.



Fotografia 2.1 - Campo de mandioca no corredor do Rio Dande

O cultivo da mandioca é de grande relevância económica como principal fonte de carboidratos para milhões de pessoas, essencialmente nos países em desenvolvimento.

Angola produzia, em 2009, aproximadamente 13 milhões de toneladas de mandioca (FAO, 2011), sendo um dos maiores produtores em África, devendo as autoridades investir na sua industrialização.

A região Nordeste de Angola tradicionalmente caracteriza-se pelo sistema de policultivo, ou seja, mistura de mandioca com outras espécies alimentares de ciclo curto, principalmente feijão, milho, batata-doce, bananeiras, ginguba ou amendoim.

Contrariamente ao que acontece em países industrializados, o amido de mandioca (fécula) não tem sido aproveitado de forma substancial, principalmente pelo sector industrial como por exemplo na utilização de fécula na mistura de farinha de trigo para fabricação de pães, o que ajudaria reduzir as importações de trigo, podendo gerar divisas para o país.

A mandioca, *Manihot esculenta*, é uma planta perene, arbustiva, pertencente a família das Euforbiáceas. A parte mais importante da planta é a raiz ou tubérculo. Este é rico em fécula, utilizada na alimentação humana e animal ou como matéria-prima para diversas indústrias. Originária do continente americano, provavelmente do Brasil, a mandioca já era cultivada pelos índios, por ocasião da descoberta daquele país.

### **Clima e solo**

É cultivada em regiões de clima tropical e subtropical, com precipitação pluviométrica variável de 600 a 1.200 mm de chuvas bem distribuídas e uma temperatura média de em torno de 25°C. As temperaturas inferiores a 15°C prejudicam o desenvolvimento vegetativo da planta. Pode ser cultivada em altitudes que variam de próximo ao nível do mar até mil metros. É bem tolerante à seca e possui ampla adaptação às mais variadas condições de clima e solo. Os solos mais recomendados são os profundos com textura média de boa drenagem. Deve-se evitar solos muito arenosos e os permanentemente alagados.

### **Plantação**

Normalmente se recomenda a plantação de Outubro a Maio. Entretanto a plantação pode ser feita em qualquer época do ano, desde que haja humidade suficiente para garantir a germinação dos caules ou arbustos da própria mandioca.

O espaçamento é definido como a distância entre as fileiras de plantas e entre plantas na fileira e variam de 1,0m x 0,60m, em fileiras simples, e 2,0m x 0,60m x 0,60m em

fileiras duplas. A posição do caule na cova é horizontal ou oblíqua a uma profundidade de quinze a vinte centímetros, cobrindo-o com uma leve camada de terra.

### **Adubação e calagem**

Em condições de uma agricultura mecanizada, há evidência que a mandioca tolera as condições de acidez do solo. Entretanto, os solos devem ser escolhidos, preparados, corrigidos e adubados adequadamente, conforme os resultados de análise química. As adubações orgânicas e fosfatadas contribuem de forma bastante positiva para o aumento da produtividade.

### **Tratamentos culturais**

São recomendadas em média, cinco capinas do mato, sendo três no primeiro ano e duas no segundo ano.

### **Pragas e doenças**

As principais pragas são: mandarovás, ácaros, percevejo de renda, mosca branca, mosca do broto, broca do caule, cupins e formigas. As doenças mais comuns são: podridão de raiz, bacteriose, superbrotamento, viroses.

### **Colheita e rendimento**

A colheita deve ser iniciada de acordo com o ciclo da variedade utilizada na plantação e é feita manualmente, através do arranque das raízes. As raízes ou tubérculos (mandiocas) colhidas deverão ser postas na água ou processadas pela indústria durante as primeiras vinte e quatro horas, para não comprometer a qualidade dos seus produtos.

A produtividade varia de acordo com as variedades utilizadas, espaçamento e os tratos culturais empregados na cultura. A produtividade média varia de 15 a 20 toneladas por hectare. O rendimento industrial varia de 25 à 30%, ou seja uma tonelada de raízes ou mandiocas produz cerca de 300 quilos de farinha.

### **Variedades**

A cultura da mandioca apresenta uma grande variabilidade genética, possibilitando um grande número de variedades disponíveis para recomendação de plantação. As variedades são recomendadas de acordo com a finalidade de exploração. As principais

zonas recomendadas para o cultivo da mandioca são Bengo, Cabinda, Kuanza Norte, Kuanza Sul, Malange, Moxico, Uige e Zaire.

### **Produção de mandioca no corredor do Rio Dande**

As condições climáticas do Corredor do Rio Dande são propícias para cultura de mandioca quer no regadio ou sistema pluvial ou no sequeiro. O solo arenoso e elevado grau de incidência de energia solar, m o bom crescimento de mandioca com bom teor de amido e açúcar.

A fraca tecnologia do cultivo da mandioca, as reduzidas áreas de produção por falta da mecanização tornam insuficientes as receitas obtidas no campo. Se se elevarem os níveis de produção de mandioca no Corredor do Rio Dande, com a introdução de novas tecnologias, poderá criar-se maior estabilidade e segurança alimentar das famílias.

Em condições de produção intensiva e de mecanização dos processos produtivos, 1 hectare de mandioca variedade *Kassandi* podem produzir até 36,4 toneladas de raízes de mandioca que corresponde cerca de 12 toneladas de fuba equivalente a 4.500 USD por hectares (Santos, 2000). Se forem aperfeiçoadas as tecnologias de cultivo, processamento e armazenamento, a mandioca pode aumentar a renda das famílias e criar estabilidade sócio-económica da região.

O facto de esta região localizar-se a menos 150 km de Luanda, favorece a comercialização das folhas de mandioca ou denominado de *kizaka*. As folhas de mandioca têm proporcionado um rendimento adicional aos agricultores. Estima-se que 1 hectare de mandioca pode garantir em 3,5 mil kg de kizaka por ano, valorizados em 70 mil kzs.

No Quadro 2.2 faz-se uma demonstração comparativa do processo actual de técnicas de produção e processamento de mandioca nas condições do Município de Dande com a tecnologia empregue noutros países como o Brasil, Nigéria e Camarões.

Estudos realizados por Santos (2000) demonstram que no Norte de Angola, as técnicas de cultivo e processamento de mandioca não melhoram ao longo dos últimos 60 anos.

Um progresso considerável na tecnologia é a selecção das variedades amargas e doces de mandioca realizado pelo *Programa Nacional Investigação de Raízes e Tubérculos do Instituto de Investigação Agronómica* (PNIRT-IIA) de 1998-2010 nas províncias de Malange, Bengo (Mazozo) e Kwanza Norte, faltando a introdução da mecanização ao cultivo, processamento e armazenamento junto dos agricultores.

Quadro 2.2- Tecnologias actuais e propostas na produção intensiva de mandioca

<b>Processo produtivo</b>	<b>Agricultores e camponeses</b>	<b>Tecnologia Recomendada</b>
Deslocação ao campo	A pear ou a pé	Mini-bus ou carrinha
Preparação de terra	Manual	Mecanizada
Sementeira/plantação	Manual	Mecanizada
Combate de ervas	Manual	Mecanizada
Colheita	Manual	Parcial mecanizada
Transportes das raízes	Ao dorso, à cabeça	Tractor c/ atrelado
Descasque das raízes	Catana e faca	Parcialmente mecanizada
Fermentação anaeróbia	Rio e lagoa	Tanque condicionado
Fermentação aeróbia	Bactérias espontâneas	Bactérias especializadas
Secagem do bombó	Ao sol a céu aberto	Estufa e céu aberto
Embalagem/ sacos	Manual	Parcial mecanizado
Trituração/ moagem	Pilão ou máquinas	Unidade de processamento
Embalagem	Sacos de 50-100 kg	Embalagem rotuladas de: 1, 5, 10, 25 e 50 kg
Armazenamento	Domicílio, casas a 25°C e humidade c/ roedores e insectos	Meio isolado, factores ambientais condicionados
Comercialização	Praça ao céu aberto	Lojas com ar condicionado
Origem do produto	Sem classificação	Certificada e rotulada

Fonte: Santos, 2000

O destaque da produção da mandioca, não vem de forma alguma subestimar as outras culturas praticadas no Corredor do Rio Dande, muito pelo contrário, pois foi tão-somente uma questão opcional, por razões já afloradas, isto é, do ponto de vista de segurança alimentar, nutricional e cultural.

Só para termos ideia de uma das culturas, a chamada banana pão, uma espécie mais procurada na região e é mais valorada, pela população, pois, ela é consumida de forma diferente à chamada banana de mesa ou para sobre mesa, a primeira, não basta ficar madura, ela consome-se assada acompanhando-a com ginguba ou cozida acompanhando-a com molho de calulú de peixe, molho de carne ou outro nas refeições principais.

Do estudo realizado constatou-se que, a região em referência é propícia para o desenvolvimento da produção da banana dessa espécie, desde que haja água que é o factor principal dos constrangimentos apresentados.



## **2.5 Constrangimentos do desenvolvimento da agricultura no corredor do rio Dande**

Entende-se aqui por constrangimento do desenvolvimento da agricultura, na região litoral do Dande as imensas dificuldades em que o agricultor enfrenta durante a sua actividade, desde os factores climáticos, elevados custos de transporte e serviços de saúde e apoio técnico material, destacando neste a falta de equipamentos de rega, sementes e fertilizantes.

A maioria da população rural em Angola enfrenta dificuldades de ordem económica e social, no caso particular do corredor do Rio Dande, as populações rurais enfrentam muitas dificuldades, apesar de viverem numa região potencial em recursos naturais: água, terras férteis, insolação abundante, rochas (inertes), pastos, recursos florestais, faunísticos e outros.

O fraco desenvolvimento das infra-estruturas produtivas e sociais está na base do mau aproveitamento dos recursos naturais que tem como consequência o baixo nível de vida das famílias e fraco desenvolvimento humano.

A agricultura que devia ser a base para o surgimento de outros factores de desenvolvimento é praticada somente para subsistência das famílias, mesmo assim não atende cabalmente às necessidades da saúde e educação dos filhos.

Se considerarmos os constrangimentos ligados aos factores de ordem técnica e de apoio das autoridades, destacamos entre outros, vários tipos de activos que devemos ter em conta para o investimento na agricultura: Aproveitamento de terra para a produção agrícola; Melhoramento da terra e dos solos; Maquinaria e equipamentos; Sistemas de irrigação; Árvores de rendimento; Pecuária e aves; Conhecimento de tecnologia agrícola e de informações sobre o mercado; e Educação, competências e saúde dos camponeses ou agricultores, trabalhadores e gestores agrícolas.

Em termos globais, existe um conhecimento substancial sobre constrangimentos ao investimento, produção e desenvolvimento da agricultura no Dande mas não existe um estudo sistemático elaborado para região e mesmo para Angola.

O presente trabalho é uma ajuda pois faz uma análise preliminar sobre esta questão, recorrendo a uma revisão da literatura e entrevistas com especialistas e profissionais da Direcção Provincial Agricultura e Pesca do Bengo.

Se considerarmos os constrangimentos ligados ao factor climático, trata-se de um fenómeno natural, caracterizado pelo atraso na precipitação de chuvas ou a sua distribuição irregular, que acaba sempre prejudicando o crescimento ou

desenvolvimento das plantações agrícolas. Esta situação não se circunscreve à zona do rio Dande, verifica-se praticamente na totalidade do litoral de Angola.

A falta de chuva origina a seca que se manifesta com intensidades diferentes. Quando há uma deficiência acentuada na quantidade de chuvas no ano, inferior ao mínimo do que necessitam as plantações, a seca é absoluta. Em outros um pouco de água nos barreiros e açudes, mas não permitem o desenvolvimento normal das plantações agrícolas, dá-se a seca verde.

Essas variações climáticas prejudicam o crescimento das plantações e acabam provocando de forma directa sérios problemas sociais aos habitantes da região e indirectamente ao país. A seca é o resultado da interacção de vários factores, alguns externos à região (como o processo de circulação dos ventos e das correntes marinhas, que se relacionam com o movimento atmosférico, impedindo a formação de chuvas em determinados locais), e de outros internos (como a vegetação pouco robusta, a topografia e a alta reflectividade do solo).

Muitas têm sido as causas apontadas, tais como o desflorestamento, as manchas solares e o fenómeno "El Niño", que consiste no aumento da temperatura das águas do Oceano Atlântico. A acção do homem também tem contribuído para agravar a questão, pois a constante destruição da vegetação natural por meio de queimadas acarreta a expansão do clima semi-árido para áreas onde anteriormente ele não existia.

A seca é um fenómeno ecológico que se manifesta na redução da produção agropecuária, provoca uma crise social e depois transforma-se em um problema político. As consequências mais evidentes das grandes secas são a fome, a desnutrição, a miséria e a migração para os centros urbanos (êxodo rural).

A questão da seca não se resume à falta de água. Em rigor não falta água no litoral da província do Bengo. Faltam soluções para resolver a sua captação, boa distribuição e seu racional aproveitamento. É *"necessário desmitificar a seca como elemento desestabilizador da economia e da vida social das áreas litorais secas, no caso, do Dande, nas aldeias do Tari Santa Boleia, Jungo e outras; desmitificar a ideia de que a seca, sendo um fenómeno natural, é responsável pela fome e pela miséria que dominam na região, como se esses elementos estivessem presentes só aí (basta saber que Israel criou jardins no deserto e a Babilónia jardins suspensos que iam até ao céu).*



Fotografia 2.2 - A água do rio Dande a correr para o mar

Em 2006-2008 foi reconstruída a Estrada Nacional nº 100 que liga as cidades de Luanda Caxito e Uíge, que veio melhorar a vida das populações que vivem nas suas proximidades dando um valioso contributo na circulação de pessoas e bens, tornando mais articulada a comunicação entre a cidade e o campo.

Apesar disso, os constrangimentos da população do Corredor do Rio Dande não ficaram totalmente resolvidos, pois, a comunicação pelas estradas secundárias e terciárias que ligam as fazendas ou lavouras às aldeias carecem de reabilitação, tornando inacessíveis extensas áreas agrícolas ou dificultando a evacuação de produtos agrícolas.

O fraco nível de desenvolvimento das vias de comunicação agudizou o isolamento das populações do interior, dificultando o seu acesso à informação, serviços de saúde e de educação, que de certo modo, impedem o crescimento das técnicas agrícolas.

O Corredor do Rio Dande estende-se a menos de 30 kms da cidade de Caxito, mesmo assim, é notável a ausência de infra-estruturas produtivas: canais de irrigação ou sistemas de rega, oficinas de manutenção de máquinas e equipamentos, unidades de processamento e conservação de produtos: moagens de bombo e de cereais, armazéns e câmaras de refrigeração.

A energia eléctrica é um dos factores de desenvolvimento e de conforto das populações, esta área ainda não beneficia da energia da rede pública, o que constitui um constrangimento na obtenção de informações da televisão e da rádio retardando a socialização das populações.

A rede dos serviços de saúde e da educação funcionam com pequenas restrições, a falta de infra-estruturas para acomodação dos profissionais destes ramos tem causado dificuldades na gestão do horário de trabalho, visto que, a maioria parte dos técnicos prefere regressar aos centros urbanos depois da jornada de trabalho diário.

Em suma, todas as dificuldades acima referidas, têm influência directa no desenvolvimento da agricultura no Corredor Rio Dande, uma vez que, agricultura depende de outros sectores da economia e de outros ramos de actividade.

Para que esses constrangimentos sejam ultrapassados, uma das saídas é potenciar o camponês, no sentido de que se elevem os seus níveis de produção e de rendimentos nas áreas das actividades agrícola, avícola e pecuárias familiares, pela utilização de técnicas e tecnologias mais eficientes, fertilizantes, correcção dos solos, na produção de cereais e hortícolas, sementes, irrigação e mecanização agrícola.

## **2.6. - Caracterização do camponês e investidor do CRD**

### **Camponês do CRD**

O camponês do corredor do rio Dande é o cidadão residente naquele espaço territorial, que se dedica, fundamentalmente, da actividade agrícola familiar, de forma rudimentar ou tradicional, e ou desenvolvendo actividades secundárias como sendo a caça, a pesca e por vezes a produção da lenha e do carvão para sua sobrevivência.

### **Investidor do CRD**

O investidor é geralmente alguém que aparece com mais recursos, capaz de aplicar tecnologia moderna ou, pelo menos, algo que supere as técnicas de produção encontradas, aumentando a produtividade quer em quantidade e quer na sua qualidade. Mas no corredor do rio Dande, ainda não se concretizou esta realidade, isto, devido talvez, a falta de orientação das autoridades a quem incumbe essa tarefa, pois, condições naturais que proporcionem uma agricultura são existem, desde a qualidade dos seus solos, recursos hídricos, insolação, relevo adequado e outras.

Os investidores que realmente aparecem na região, são aqueles cidadãos não residentes, funcionários públicos provenientes das zonas urbanas, saturados com regime alimentar de produtos importados, procuram fazer campos para obtenção de alimentos naturais para mudança da dieta alimentar da sua família e comercializar o excedente, e esses não investem em grande escala, devido a limitações dos seus recursos, fazem-no com base nos seus rendimentos, mas sempre trazem algo novo.

Portanto, esses investidores não passam na mesma de praticantes de uma agricultura familiar, e não são desse tipo que suficientemente se pretende, mas sim, daqueles que têm vocação empresarial de verdade, capazes de garantir uma produtividade que sustente a segurança alimentar e nutricional, a criação de emprego e geração de riqueza,

estabilização das populações da região e proporcionar melhores condições de vida lá onde cada camponês se encontra evitando o êxodo rural.

Os investidores nacionais estrangeiros, de acordo com as palavras do Sr. Governador do Bengo, João Bernardo de Miranda, baseiam-se nos mapas coloniais para dirigirem o seu investimento agrícola (hortofrutícolas), ou melhor, apostam mais em áreas onde melhor se desenvolveu a produção agrícola na era colonial, designadamente, a região centro-sul do país do que o norte.

Mas a prática dessa posição prova o contrário, pois, tanto quanto se sabe, a região norte naquela época esteve afetada pela guerra de libertação nacional, era quase impossível, fazer agricultura em determinados pontos do norte, pelo menos, de 1961 a 1975 e culturalmente é um povo habituado a fazer trabalho pessoal e não a trabalhar para o outro, o que esteve na base da origem dos conflitos entre colonos e colonizados.

Portanto, desmistifica-se aqui a tese de que só o Centro e o Sul de Angola é que possuem bons solos para prática da produção hortofrutícola. Com efeito, as autoridades a quem do direito, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Governos Provinciais, devem tudo fazer para que possam convencer os referidos investidores, com bases científicas o contrário, para que aceitem sem risco nesse sentido a aplicarem o seu no oh na região, basta olhar para zona da Funda, norte de Luanda que praticamente abastece a capital e não só.

## **CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA**

Neste capítulo abordamos os principais aspectos metodológicos utilizados na nossa pesquisa sobre o corredor do rio Dande, começando pelo material usado, o método, a área de pesquisa, a recolha de dados e o tratamento e análise dos resultados obtidos.

### **3.1 - Material**

O material necessário para a realização desta pesquisa consubstanciou-se basicamente nos meios de transporte para deslocação ao local de pesquisa, bloco de apontamentos, máquina fotográfica digital, carta da província do Bengo, computador com o Office 2007 e programa de estatística SPSS.

### **3.2 - Método**

O estudo deste trabalho foi desenvolvido, utilizando para o efeito a recolha de dados secundários que consistiu na pesquisa bibliográfica documental e na recolha de dados primários através de entrevistas por questionário. Foram observados os seguintes passos metodológicos:

Revisão bibliográfica, que possibilitou a obtenção dos instrumentos e obras de referência, que permitiram a sistematização teórica da pesquisa;

Trabalho de campo, que consistiu, basicamente, na realização de entrevistas por questionário e na observação directa da produção agrícola no corredor do rio Dande;

Análise dos resultados tendo em conta a informação obtida nos documentos consultados e nos resultados das entrevistas.

### **3.3 - Área e tema de estudo**

A área de estudo foi no sector agrícola e com o tema “Constrangimento no desenvolvimento da agricultura no corredor do rio Dande, região do Tari, Santa Amboleia, Jungo às proximidades do Úcua.

Este estudo diz respeito aos constrangimentos no desenvolvimento da agricultura no corredor do rio Dande, província do Bengo, no caso, aos camponeses da região da Santa Boleia, Tari, Jungo até as proximidades do Úcua, que atravessam.

### **3.4 - Instrumentos de recolha de dados a utilizar**

A fim de concretizar os objectivos propostos no trabalho, a recolha de informação foi feita através de dados primários e dados secundários.

A recolha de dados primários foi feita através de inquéritos que foram realizados aos camponeses. Estava prevista a realização de entrevistas com guia flexível à administração municipal do Dande, organizações não-governamentais, associações ou cooperativas, bancos comerciais, comerciantes dos mercados locais, do Bengo, particularmente de Caxito que constitui, como é óbvio o maior centro comercial da província. Posteriormente as condições para a concretização destas entrevistas não proporcionaram a recolha das mesmas.

Os inquéritos aos camponeses, acompanhados de visitas ao campo, consistiram de um questionário com perguntas bem definidas (Anexo 1), de forma a obter dados referentes à vida dos camponeses, às parcelas cultivadas, aos factores de produção utilizados e produções obtidas, aos circuitos de comercialização e bem como seu nível de vida. O questionário consistia de cerca 55 questões com perguntas técnicas, sociais e culturais.

Foram inquiridas três aldeias do município e, em cada uma delas, cinco agricultores. Num universo de 100 chefes de famílias camponesas foram inquiridos no total 30 agricultores, incluindo os das empresas afins, seleccionados através de uma amostra por conveniência realizada em várias localidades do corredor da zona em estudo, constituindo uma representatividade na ordem dos 30%. As aldeias estudadas no município foram as seguintes: Tari, Santa Boleia e Junco.

Abre-se um parêntesis aqui para dizer que dadas as tais condições referidas de constrangimentos, os camponeses na sua generalidade, ainda não conseguem obter uma produtividade capaz de ser sujeita à comercialização como tal, daí as dificuldades na apresentação de indicadores sobre o assunto.

Os dados secundários foram obtidos através de pesquisa bibliográfica, consultando *sites* oficiais na Internet e por outro, e para dar corpo e maior consistência científica ao trabalho, surgiu como preocupação recolher junto do Ministério da Agricultura e Pescas bem como do Ministério do Ambiente todos os dados disponíveis relativos a políticas de desenvolvimento rural e legislação existente. Foi necessário frequentar o Centro de Documentação e Informação do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural em Luanda e no Bengo, onde foi possível consultar alguma bibliografia existente, assim como, em certas bibliotecas da capital. O uso da internet foi bastante útil para obtenção de conhecimentos tecnológicos profundos da agricultura em zonas áridas e semiáridas.

Os dados recolhidos permitiram fazer o diagnóstico da situação e propor medidas que visam pôr cobro aos constrangimentos no desenvolvimento da agricultura e consequente de desenvolvimento rural para o combate à pobreza.

### **3.5 - Tratamento e análise dos dados**

Os dados do inquérito por questionário foram utilizados para construir uma base de dados no programa SPSS. Uma vez construída a base de dados foi utilizada a estatística descritiva para obter a frequência das variáveis, a sua média e a divisão das variáveis em classes. Com o resultado da estatística descritiva foram construídas Tabelas e estas foram analisadas e interpretadas.

Para testar se existiam diferenças nas variáveis por grupos específicos, sexo e educação foi feito teste do Qui Quadrado. Por exemplo para testar se os níveis de instrução eram diferentes entre agricultores e agricultoras, utilizamos o procedimento CrossTabs e o teste Qui Quadrado para testar as seguintes hipóteses:

$H_0$ -Não existem diferenças na educação por sexo; versus

$H_1$ : Existem diferenças significativas por sexo.

Se o nível de significância do teste Qui Quadrado for inferior a 0,05 então rejeitamos a hipótese  $H_0$  e aceitamos a  $H_1$ .



## **CAPÍTULO 4 - RESULTADOS**

O estudo foi realizado considerando uma população estimada em 100 camponeses, dos quais foi tomada uma amostra de 30 camponeses que responderam a um questionário previamente elaborado, com o objectivo de saber as diversas situações de ordem social porque passam provocadas fundamentalmente pelas questões ligadas às dificuldades no desenvolvimento da agricultura na região, devidas a falta constante das chuvas (em épocas que de facto são necessárias) até aos problemas de índole técnica capazes de suprir tais dificuldades, onde existem condições naturais como rio Dande para efeitos de irrigação.

O inquérito respondido pelos trinta camponeses nas localidades do Tari, Santa Amboleia, Jungo até as proximidades do Úcua, é espelhado de acordo com as Tabelas constantes neste trabalho. De notar que, o comentário ou esclarecimento dos dados estatísticos recolhidos é efetuado para cada uma das Tabelas.

### **4.1 – Caracterização dos agricultores e da família**

Considerando os índices de desenvolvimento humano, particularmente o de desenvolvimento rural, o género é algo a ter muito em consideração, sobretudo, para promoção da mulher que desde os tempos remotos foi sempre submissa. Nesta senda, responderam ao questionário 63,3% homens e 36,7% mulheres (Tabela 4.1).

A idade sendo um dado importante no desenvolvimento de qualquer processo produtivo e tendo em conta a faixa etária, dos resultados da amostra recolhidos constatou-se que a média de idade anda a volta de 51 anos, a mediana 50 anos e que existe uma distribuição proporcional dos agricultores pelas quatro classes de idade definidas. Duma forma mais simples podemos dizer que há um certo envelhecimento da força de trabalho se considerarmos que a esperança de vida do angolano está abaixo dos 50 anos.

Isto justifica-se, pelo facto do abandono da juventude das zonas rurais e, a sua consequente afluência as zonas urbanas, fundamentalmente, Luanda e outras cidades, em busca de melhores condições de vida.

Tabela 4.1 – Distribuição dos agricultores por género e classes de idade

	Número	Percentagem
<b>Género</b>		
Masculino	19	63,3
Feminino	11	36,7
<b>Classes de idade</b>		
<= 40 anos	7	23,3
>40 e <=50	8	26,7
>50 e <=60	8	26,7
>60	7	23,3

Em relação ao estado civil, podemos dizer que há um certo equívoco jurídico-cultural, com relação ao estado civil solteiro, pois, sendo Angola um Estado laico, considera-se solteiro, todo o cidadão (de ambos os sexos) que não tenha contraído matrimónio ou casamento civil, enquanto culturalmente, a população do corredor do rio Dande (CRD) e não só, considera que basta cumprir-se com rituais de alembamento da parte do noivo para com a noiva, e ou a sua formalização perante a igreja, estão automaticamente casados, daí o maior número que se verifica no quadro nesse aspecto. Em relação ao estado civil viúvo, um número que corresponde a 13,3% e que não é baixo se tivermos em conta a amostra apresentada de 30 camponeses, isto se deve em parte, a situação do conflito armado que o país viveu até há 10 anos e, em abono de verdade, aliada a condição social do camponês agudizado pelas dificuldades no desenvolvimento da agricultura na região, onde no país a esperança de vida é ainda baixa.

Tabela 4.2 – Estado civil

	Número	Percentagem
Solteiro	17	56,7
Casado	9	30,0
Viúvo	4	13,3

A escolarização e a elevação do nível de instrução é uma condição indispensável para o desenvolvimento de qualquer sociedade, mormente, no ramo da agricultura, que pretende sair da situação de subsistência para o desenvolvimento, de modo a ser capaz de participar no desafio Nacional que é o combate à fome e à pobreza. Como este trabalho tem fundamentalmente um pendor social verificou-se nas entrevistas que as concentrações populacionais alvos de estudo não possuem na sua maioria escolas para as crianças junto das povoações, como resultado têm de se deslocar entre 5 a 10 kms em busca da formação primária obrigatória e pelo menos o 1º Ciclo. A ida à escola depende

muitas vezes da consciência dos pais, pois, coloca-se a questão das mesmas (crianças) serem utilizadas para ajudar os pais nos trabalhos do campo.

De realçar que, os dados reportados na Tabela 4.3, apenas referem-se aos próprios camponeses (adultos) e não às suas famílias. Os 5 e 7 elementos que respectivamente possuem os níveis secundários e superior, são camponeses não residentes, quer dizer, praticam aí a agricultura mas são funcionários públicos em Luanda e Caxito. Com efeito, podemos notar a existência de uma escola com uma sala de aulas no Tari e uma escola que funciona na igreja, na localidade do Jungo, tudo isso de iniciativa local e apoio pedagógico do Estado. O quadro real em relação ao nível de escolaridade dos mais velhos é sombrio, pois, 26,7% não possui nível de escolaridade e 26,7% apenas frequentou o ensino primário. Por género, verificamos que as mulheres possuem níveis de instrução mais baixos do que os homens e que as diferenças entre agricultores e agricultoras são estatisticamente significativas.

Uma das constatações verificadas, é com relação as dificuldades no distanciamento de certas aldeias, isto é, a existência de poucas quantidades de casas construídas a volta das lavras ou próximos do rio, com as respetivas famílias, afastando-se das grandes localidades ou sobados onde as autoridades vão colocando escolas e postos de saúde, o que não facilita as crianças e a população em geral que tem que caminhar kms, para o efeito.

Tabela 4.3 – Nível de instrução

	Número	Percentagem
Sem escolaridade	8	26,7
Ensino primário	8	26,7
Ensino pré-secundário	2	6,7
Ensino secundário	5	16,7
Ensino superior	7	23,3
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Instrução*sexo		0,059

Se tivermos em consideração que a habitação é uma das condições vitais do homem, verificamos na Tabela 4.4 o registo de 50% de chefes de famílias inquiridas vivendo com a família em casa de pau-a-pique, sujeitos a todos riscos, desde, o incêndio, pois, usam energia a lenha para cozinhar e iluminação, a penetração de ratos muitas vezes procurados pelos répteis, já que o capim fica a escassos metros das referidas moradias. Aqui fica o apelo, às autoridades para que se crie políticas de distribuição de chapas de zinco e o incentivo à feitura de adobes no lugar de tijolos tendo em conta os custos deste

último, de forma que a população possa ter casas minimamente aceitáveis quanto à sua condição de habitabilidade.

Tabela 4.4 – Tipo de casa de habitação

	Número	Porcentagem
Adobe	12	40,0
Pau-a-pique	15	50,0
Tijolo	2	6,7
Casa permanente	1	3,3



Fotografia 4.1 – O autor junto de uma das habitações dos inquiridos

A lenha e o carvão constituem a maior fonte de energia usada na comunidade, representando 80% de usuários, pois, 20% pertence a camponeses não-residentes e entre aqueles que responderam ao inquérito, são unânimes de que, o uso da lenha e o do carvão, como actividade comercial de luta para sobre vivência, contribui grandemente para a desertificação e a desmatção do ecossistema (Tabela 4.5). Mas como referimos acima, o carvão e mesmo a lenha constituem fontes de receita e de sustento para várias famílias da região. Logo, não é tarefa fácil debelar esse mal que contribui negativamente para a luta global que é as mudanças climáticas. É necessário que se resolva, ainda que de forma paulatina, o prolema que está na base dos constrangimentos

ao desenvolvimento da agricultura, já que fazer lenha e carvão não é de facto trabalho fácil; havendo água, pois, a terra já foi dito, é bastante fértil, qualquer um dedicaria mais o seu esforço à agricultura, do que meter-se em trabalhos tão penosos. Os grupos com mais instruções utilizam mais carvão e gás.

Tabela 4.5 – Tipo de energia para cozinhar

	Número	Percentagem
Lenha	13	43,3
Lenha e carvão	11	36,7
Carvão e gás	6	20,0
Nível de significância do teste Qui Quadrado - energia para cozinhar*nível de instrução		0,002

A Tabela 4.6. mostra que 73,3% da população usa a luz tradicional, candeeiro a petróleo e iluminação a lenha que apelidamos aqui como lampião e 26,7% usa geradores de pequena dimensão. De realçar que a população tem pouca possibilidade para aquisição de combustível, e este apresenta riscos ao ser inflamável e tóxico, vulnerável a incêndios e prejudicial à saúde humana. Os grupos com mais educação utilizam mais gerador e os com menos educação lampião.

Tabela 4.6 – Tipo de Luz

	Número	Percentagem
Lampião	22	73,3
Gerador	8	26,7
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Tipo de luz*Nível de instrução		0,061



Fotografia 4.2 – A margem esquerda do rio Dande onde se situam mais lavras.

Uma das maiores dificuldades da população do CRD é o consumo de águas impróprias, ou melhor, água não tratada, considerando o dilema “Água é vida” e para humanos o consumo deste precioso líquido deve obedecer determinados cuidados especiais.

A Tabela 4.7 não se refere a água tratada, por não haver condições e educação para o efeito, o que faz com que a maioria das populações do CRD consuma água bruta, ou seja, tirada directamente da cacimba ou do rio, sujeitos a contaminações bacterianas como já nos referimos atrás, prejudicando a saúde das populações, particularmente a das crianças.

Tabela 4.7 – Tipo de água para consumo humano

	Número	Percentagem
Nascente	6	20,0
Cacimba	6	20,0
Rio	18	60,0

O tratamento da água a que se refere a Tabela 4.8 é na base de conselhos radiodifundido como sendo os de “usar quatro gotas de lixivia num litro de água”, mas trata-se de saber que, um litro de lixivia custa 200 AKZ o equivalente a 2 USD, são custos não desprezíveis para as possibilidades do camponês. Por outro lado a paciência e a capacidade de contar o número de gotas para um bidão de 5 ou 20 litros (mais usadas para acarretar água do rio ou da cacimba) se tivermos em conta o nível de instrução da maioria, representa sérios riscos para essa população, pois, tanto pode colocar mais ou menos gotas de lixivia no mesmo bidão. Os grupos com mais instrução fazem mais tratamento da água.

Tabela 4.8 – Tipo de tratamento da água

	Número	Percentagem
Sem tratamento	17	56,7
Com tratamento	13	43,3
Nível de significância do teste Qui Quadrado – tratamento de água*Nível de instrução		0,000

Para uma população que consome poucos alimentos importados que trazem embalagens e ou plásticos de proteção, há pouca produção do lixo, comparativamente com as zonas urbanas. O lixo produzido no campo na maioria considerado de resíduos alimentares ficam na lavra e até servem de estrume ou para preparação dos solos, mesmo assim, se houver lixo na casa tem merecido o tratamento adequado, como aterro e queima, não constituindo neste contexto um problema maior.

Tabela 4.9 – Tipo de tratamento do lixo

	Número	Percentagem
Terra	16	53,3
Queimado	5	16,7
Terra e Queimado	9	30,0

Os serviços de educação disponíveis só atingem 53,3% dos agricultores inquiridos (Tabela 4.10). Esta situação ilustra que existem condições para que o grau de analfabetismo ainda seja bastante acentuado na comunidade o que contribui negativamente nos constrangimentos para o desenvolvimento socioeconómico da região. Considerando que a educação e o ensino são a base do desenvolvimento de qualquer sociedade humana, as autoridades e as igrejas no CRD, têm um projecto que visa a mobilização e massificação do ensino e aprendizagem no que concerne ao processo de alfabetização.

Tabela 4.10 – Serviços de educação disponíveis

	Número	Percentagem
Sem escola	14	46,7
Ensino primário	16	53,3

A situação precária da saúde, apesar de ser conjuntural no país, agudiza-se ainda mais nas zonas rurais e o CRD não foge à regra. Não obstante a ajuda de alguns postos médicos que as autoridades vão construindo em algumas localidades ao longo da estrada nacional e de alguns privados no interior, muitos deles não autorizados, têm sido para esta população a tábua de salvação. Os casos de saúde complicados são encaminhados para o Caxito (30 a 50 Kms), sede provincial do Bengo. A Tabela 4.11 ilustra que cerca de 53% nega a existência de serviços de saúde e 40% recorrem aos postos médicos privados e apenas 7% conseguem chegar a um posto médico do estado. Isto deve-se às dificuldades de transporte e, aliado a questões culturais, pois, muitos até hoje têm mais confiança em tratamentos de ervanária (tratamento tradicional) do que ao convencional.

Tabela 4.11 – Serviços de saúde disponíveis

	Número	Percentagem
Ausência	16	53,3
Posto médico público	2	6,7
Posto médico privado	12	40,0

Relativamente aos bens que melhoram a qualidade de vida, a Tabela 4.12 ilustra a existência de um défice no uso dos referidos eletrodomésticos, isto tem a ver não só com custo dos mesmos, mas sobretudo, com problemas de falta de energia elétrica e gaz nesta região, pois, os que têm eletricidade recorrem a pequenos geradores, aliados ao problema do combustível, a distância para sua aquisição e o risco no transporte e utilização. O que constitui um constrangimento ou dificuldade da população na informação, na educação e no cozinhar dos alimentos. De salientar que todos os que responderam possuem rádio e uma pequena percentagem possui antena parabólica e fogão. Por género, apesar de não ser estatisticamente significativo as agricultoras só possuem rádio e a antena e o fogão são possuídos por agricultores. Os grupos com mais instrução utilizam mais o fogão.

Tabela 4.12 – Bens de qualidade de vida

	Número	Percentagem
Rádio	14	46,7
Rádio e Antena parabólica	6	20,0
Rádio e Fogão	5	16,7
Sem resposta	5	16,7
Nível de significância do teste Qui Quadrado bens de qualidade de vida*sexo		0,145
Nível de significância do teste Qui Quadrado fogão*nível de instrução		0,07

Tabela 4.13 – Refeições por dia

Número de Refeições	Número	Percentagem	Refeições
2	8	26,7	Merenda e Jantar - 3 Matabicho e Jantar – 5
3	20	66,7	Mata-bicho, almoço e jantar – 10 Mata-bicho, Merenda e Jantar – 10
4	2	6,7	Mata-bicho, Almoço, Merenda e Jantar
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Refeições por dia*sexo			0,914
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Refeições por dia*nível de instrução			0,020

De acordo com os entrevistados, culturalmente as pessoas não têm o hábito de tomar almoço, pois, nesse período de refeição, quase todo camponês está no campo trabalhando, substituindo essa refeição, por uma merenda, mas a refeição principal é sem dúvidas, o jantar. Onde todos se reúnem e aproveitam para abordar questões íntimas de fórum familiar. Verifica-se um fraco desenvolvimento físico das pessoas, em especial, das crianças, factor resultante em parte no não cumprimento das três refeições



principais do dia de conformidade com as regras nutricionais. Não existem diferenças na alimentação entre agricultores e agricultoras. Os grupos com mais educação comem mais vezes por dia.

O consumo de carne que aqui se refere não é a carne domesticada, preparada com os cuidados veterinários, trata-se sim, da carne de caça dos animais (veado, paca ou kambuige ou mbuige, gazela, canta-pedra, macaco, javali e outros) que os chefes de família adquirem na selva, com intuito de vendê-la para aquisição de outros bens ou para própria economia familiar (Tabela 4.14). Eventualmente, depois de não conseguir vender a carne caçada, o bicho é levado a casa para o autoconsumo e às vezes já em estado degradado ou meio cheiroso, uma vez que, não existe na região meios de conservação o que pode provocar outros problemas de saúde à família.

Tabela 4.14 – Número de vezes que come carne por mês

	Número	Percentagem
Poucas	11	36,7
Várias	16	53,3
Nenhuma	3	10,0
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Comida de carne por mês*sexo		0,291

#### 4.2 – Caracterização dos recursos agrícolas e da agricultura

De acordo com ordenamento jurídico angolano, a terra pertence ao estado, a propriedade própria (60%) a que a Tabela 4.15 se refere é no sentido daqueles que adquiriram-na de forma administrativa e individual, o espaço da comunidade tem a ver com os camponeses organizados em cooperativa (36,7%) e quanto ao espaço de estado tem a ver com área indefinida ou reservada e localmente depende ou sob controlo das autoridades tradicionais. Através da análise estatística verificamos que não existem diferenças entre as respostas dos agricultores e das agricultoras. Nos grupos com mais educação o tipo de propriedade da terra é comunitária.

Tabela 4.15 – Propriedade da terra

	Número	Percentagem
Propriedade própria	18	60,0
Comunidade	11	36,7
Estado	1	3,3
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Propriedade da terra*sexo		0,481
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Propriedade da terra*nível de instrução		0.061

O modo de obtenção da terra tem a ver com questões culturais, pois, em caso de incapacidade ou morte do chefe de família, os filhos ou outros membros mais próximos da família passam a continuidade, daí a razão das lavras serem possuídas mais por via da herança do que por compra ou aquisição administrativa. Através da análise estatística verificamos que não existem diferenças entre as respostas dos agricultores e das agricultoras.

Tabela 4.16 – Como obteve a terra de propriedade própria

	Número	Percentagem
Herança	12	66,7
Compra	6	33,3
Nível de significância do teste Qui Quadrado – Como obteve a propriedade da terra*sexo		0,542

As diferenças de género provam mais uma vez o que no quadro anterior se aflorou relativamente a questões de ordem cultural, razão pela qual em relação à propriedade da terra, a percentagem é mais elevada para homens (Tabela 4.17). A prioridade da liderança das terras é para o homem ou filho do homem (38,9%) se, esse existir, caso contrario a mulher tomas as rédeas (16,7%). É de realçar a resposta ambos, homem e mulher, com 44,4%. Através da análise estatística verificamos que existem diferenças significativas entre as respostas dos agricultores e das agricultoras. Os agricultores responderam que a terra pertence aos homens e as agricultoras responderam que a terra pertence às mulheres e dos que responderam que pertence a ambos, metade são mulheres e metade são homens.

Tabela 4.17 – Propriedade própria da terra

	Número	Percentagem
Homem	7	38,9
Mulher	3	16,7
Homem e mulher	8	44,4
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Propriedade própria da terra *sexo		0,040

Já dissemos atrás que a herança do ponto de vista cultural da região do CRD, passa directamente de pai para filho mais velho em primeiro lugar e na ausência ou falta deste, passa para filhas. Segundo a população, o homem é o pilar, o garante da unidade e estabilidade da família, o filho do homem não sai do seio familiar, casa-se trazendo o cônjuge para o seio da família, enquanto as filhas quando se casam passam a integrar as suas novas famílias. Apesar desta ser a tradição, 80,0% dos respondentes afirmam que quer os filhos homens quer as filhas mulheres podem herdar a terra. Através da análise estatística verificamos que não existem diferenças entre as respostas dos agricultores e das agricultoras.

Tabela 4.18 – Futuros herdeiros da terra

	Número	Percentagem
Filhos homens	4	13,3
Filhas mulheres	2	6,7
Filhos homens e filhas mulheres	24	80,0
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Futuros herdeiros da terra*sexo		0,750

A cultura da região ainda dá primazia ao homem na tomada de decisão de qualquer assunto, daí os números que a Tabela 4.19 ilustra, muitas vezes há famílias em que a mulher só decide quando no seu seio não tiver homem. Através da análise estatística verificamos que existem diferenças significativas entre as respostas dos agricultores e das agricultoras, os agricultores responderam os homens e as agricultoras responderam as mulheres e proporcionalmente responderam ambos. O nível de instrução influencia a tomada de decisão, nos mais instruídos escolhem homem e ambos, e os menos instruídos escolhem homem, mulher e ambos.

Tabela 4.19 – Tomada de decisão sobre cultivo da terra

	Número	Porcentagem
Homem	12	40,0
Mulher	8	26,7
Homem e mulher	10	33,3
Nível de significância do teste Qui Quadrado –Tomada de decisão sobre cultivo da terra*sexo		0,001
Nível de significância do teste Qui Quadrado –Tomada de decisão sobre cultivo da terra*nível de instrução		0,032

A Tabela 4.20 ilustra o tipo de culturas usadas na região apesar dos constrangimentos já referidos concernentes ao problema da falta de água o que provoca grandes embaraços na vida económica e social da população residente no corredor sul do rio Dande.

Tabela 4.20 – Culturas vegetais praticadas pelos agricultores entrevistados

	Número	Porcentagem
Milho	30	100
Banana	29	96,7
Mandioca	28	93,3
Ginguba	28	93,3
Batata doce	22	73,3
Gergelim	13	43,3
Feijão	10	33,3
Hortícolas	7	23,3
Batata	6	20,0

Destacamos a cultura do milho, banana, mandioca, ginguba e batata-doce. Destas salienta-se a cultura da mandioca como sendo aquela que mais resiste à seca e que constitui um alimento de segurança nacional no âmbito do programa de combate à fome e pela sua especificidade se tivermos em conta as diversas formas de a população se alimentar através da mandioca tais como o funge, a mandioca fervida, o bombó, a farinha musseque, a pápa, etc.

Já anteriormente afirmamos que a cultura da mandioca constitui a razão primária da existência da lavra de qualquer camponês no CRD e consequentemente as suas raízes ou tubérculo, o alimento básico dessa população, factor que coloca a mandioca como um produto alimentar de segurança dos mesmos, em particular, e em geral do país.

Uma particularidade no sentido positivo é de ser um produto adaptável ao clima da região semiárida, isto é, resiste a seca por um prolongado tempo, contrariamente a certas culturas também usadas nessa zona do CRD, tais como, a banana, o milho, as hortícolas

e outras. Da seca apenas resistem as raízes e o caule da mandioca, enquanto as suas folhas que são um outro alimento complementar acabam sempre por se esmorecer ou mesmo degradar, ajudando de que maneira, nos já referidos constrangimentos do desenvolvimento da agricultura na zona contribuindo para reduzir a penúria alimentar.

A outra particularidade no sentido positivo, tem a ver com a semente da mandioca, contrariamente as de ginguba ou milho que são cereais e que podem ser ou têm sido consumidas em períodos de penúria alimentar quando se aguarda a época de plantio (ou das chuvas) a semente da mandioca é precisamente o seu caule que sendo a parte que não se alimenta, não há constrangimentos na sua conservação e pode ser guardada durante a seca soterrando a suas pontas num lugar húmido que garanta a sua frescura até ao período de plantio.

Uma das desvantagens é precisamente o tempo que leva a preparação da mandioca ao produto final que é o funge. A mandioca é o produto que mais se consome na dieta alimentar desta população, mas o tempo que leva para atingir a sua fase de maturidade é superior a um ano. A sua rentabilidade económica é reduzida.

Desde os tempos remotos, o povo da região do CRD, nunca teve o hábito de fazer uso dos animais ou de qualquer máquina que não seja os utensílios manuais como a enxada, catana, garfos de limpeza, machado e outros meios rudimentares para agricultura (Tabela 4.21). Segundo a nossa investigação, presume-se que esta limitação esteja também na base dos constrangimentos para uma maior produção que garanta uma economia confortável das famílias e consequentemente, a sua contribuição no combate à fome. Entendemos ser necessário preparar, educar e investir no homem para que seja capaz de praticar uma agricultura moderna e sustentável.

O uso dos utensílios rudimentares acima mencionados, para uma produção minimamente visível, exige do camponês um esforço tremendo e desgastante. Em suma muito desgaste físico, mas pouca produção, o que contribui pouco para o combate à fome e à pobreza.

Tabela 4.21 – Posse e utilização de factores de produção

	Número	Porcentagem	Tipo
Ferramentas	30	100	Própria – 28; Própria e alugada – 2
Animal	2	6,7	
Máquina	0	0,0	

As sementes são o factor de produção que a maioria dos agricultores (80%) adquire de forma individual ou através de vizinhos (Tabela 4.22), para o tipo de culturas usadas, o adubo não tem sido um factor indispensável para produção, utilizam a técnica de que, tendo em conta a grandeza dos campos, intercalam os períodos para o uso das terras, isto é, de dois em dois anos. As terras abandonadas durante esse período fertilizam-se naturalmente fruto da decomposição física e química dos solos, isto de acordo com relatos de alguns entrevistados. Por falta de condições socioculturais e desconhecimentos muito poucos usam pesticidas.

Tabela 4.22 – Factores de produção variáveis comprados

	Número	Percentagem
Sementes	24	80,0
Adubos	2	6,7
Sementes e Pesticidas	3	10,0
Sem resposta	1	3,3

Os camponeses do CRD julgam que a terra é tao fértil, que para o cultivo da mandioca, milho, ginguba, batata-doce, banana é desnecessário usar adubo, pois, na sua óptica a adubação das terras com o tipo de culturas praticadas bem como o nível de produção, apenas prejudicaria a composição química da mesma. As hortícolas são os produtos que devido à sua natureza (cultivada em todas épocas do ano) se faz adubação e tratamento fitossanitário como factores indispensáveis para o seu desenvolvimento.

Tabela 4.23 – Culturas com tratamentos

	Número	Percentagem	Culturas
Adubação	5	16,7	Hortícolas
Tratamentos fitossanitários	1	3,3	Hortícolas

Tal como foi afluído anteriormente, as técnicas culturais utilizadas pelos camponeses do CRD são maioritariamente manuais quer na preparação do terreno, quer na sementeira e na colheita. Esta situação não só faz parte da cultura tradicional, como também existe falta de incentivos ao investimento e na formação dos camponeses, com vista a desenvolverem uma agricultura modernizada e que possa criar uma produção que fortaleça as suas economias e ajude assim as comunidades no combate à pobreza. Isto não é possível com a chamada agricultura de subsistência com baixo uso de mecanização e factores de produção variáveis.

Tabela 4.24 – Tecnologia de produção

	Tipo	Número	Porcentagem
Preparação do terreno	Manual	26	92,9
	Manual, Mecânico e Animal	2	7,1
	Sem resposta	2	7,1
Sementeira	Manual	29	96,7
	Sem resposta	1	3,3
Colheita	Manual	30	100

O maior factor que provoca as dificuldades do desenvolvimento da agricultura no CRD é sem sombra de dúvidas a falta de chuvas e por incrível que pareça mais de 90% da população depende da mesma, e todos estão cientes e esperançosos de que isso não pode ser desculpa constante, pois havendo, investimento para irrigação a chuva não seria questão primordial.

A maioria dos agricultores só usa a água da chuva, sendo que 5 agricultores possuem motobombas ligadas ao rio Dande onde trabalham hortícolas (repolho, couve, tomate, cebola, alho, cenoura, berinjela).

Tabela 4.25 – Origem da água de rega

	Número	Porcentagem	Culturas
Chuva	24	80,0	
Rio	1	3,3	
Canalização e Chuvas	5	16,7	Hortícolas – 3 Hortícolas e batata -2

De acordo com as normas de convívio sociocultural da região, o hábito de trabalhar em família, ou seja, independentemente de cada um possuir a sua parcela de cultivo, o maior espaço pertence ao chefe da família (marido ou mulher) o que pressupõe que há um período em que todos os membros da família, vivendo por baixo do mesmo teto, vão à lavoura do pai ou da mãe prestar ajuda, pois, tudo que aí se produz serve de sustento a todos e o que cada um individualmente produz é em grande parte para resolução dos seus problemas pessoais. Logo, há sempre um período em que mulher e filhos vão à lavoura do pai prestar serviço.

Os empregados a que a Tabela 4.26 faz referência, são na sua maioria eventuais, gente ida de vários pontos do país, considerando o desemprego que há no país, aparecem

na região em busca de uma ocupação, nomeadamente, roça, limpeza das culturas, transporte de água do rio para a lavra ou casa, etc.

Tabela 4.26 – Natureza da mão-de-obra utilizada nas culturas

	Número	Percentagem
Marido	1	3,3
Mulher	4	13,3
Marido e Mulher	4	13,3
Marido, Mulher e Filhos	3	10,0
Empregados	13	43,3
Marido, Mulher e Empregados	4	13,3
Sem resposta	1	3,3

Os dados da Tabela 4.27 ilustram por si mesmo que o factor que mais influencia negativamente a produção no CRD é sem sombra de dúvidas a seca, seguida de aves e animais e de algumas doenças das plantas. As aves, os macacos, veados e roedores (ratos, kambuige, canta pedra,) animais em parte têm prejudicado a produção, fundamentalmente, as lavras cercadas pelas matas por onde eles se abrigam. O excesso da água é raro verifica-se em zonas muito baixas e nos períodos com chuvas sucessivas. Os ventos pouco se fazem sentir, pois, grande parte campos agrícolas estão na mata onde as árvores e outros arbustos travam os mesmos ventos.

Tabela 4.27 – Factores que influenciam a produção agrícola

Factores	1º Lugar		2º Lugar		3º Lugar	
	Número	%	Número	%	Número	%
Seca	25	83,3	2	6,7	0	0
Aves e animais	1	3,3	23	76,7	3	10,0
Doenças das plantas	2	6,7	4	13,3	22	73,3
Excesso de água	1	3,3	0	0	0	0
Infestantes	0	0	0	0	3	10,0
Vento	0	0	0	0	1	3,3
Sem resposta	1	3,3	1	3,3	1	3,3

### 4.3 – Caracterização do rendimento

Existem culturas que dão um certo rendimento e que apoiam a sobrevivência com destaque ao milho, banana e ginguba, as culturas mais referidas pelos agricultores para 1ª, 2ª e 3ª fonte de rendimento (Tabela 4.28). O milho e as hortícolas, devido ao



reduzido tempo de sua maturação nos anos que eventualmente chove com regularidade, bem como, a sua fácil colheita e venda proporcionam os melhores rendimentos.

A banana e a ginguba, culturas fortemente dependentes da água, são produtos bastante procurados considerando o seu papel na dieta alimentar da região e não só.

A banana de mesa, geralmente, é consumida quando amadurece, podendo servir de sobremesa, enquanto, a chamada banana pão pode servir-se em refeições principais, podendo até ficar no lugar de funge. A ginguba para além de poder ser acompanhada com banana pão, assada, cozida ou fervida, ela é usada como ingrediente de cozinha na moamba, valores que tornam esses produtos dos mais procurados no mercado. Logo, havendo condições para aumentar a produtividade, como água, mecanização e outros factores de produção agrícola, maiores rendimentos serão proporcionados à região e às suas populações.

Tabela 4.28 – Actividades agrícolas como fonte de rendimento

Culturas	1º Lugar		2º Lugar		3º Lugar	
	Número	%	Número	%	Número	%
Milho	13	43,3	7	23,3	4	13,3
Banana	5	16,7	8	26,7	5	16,7
Ginguba	0	0	4	13,3	6	20,0
Hortícolas	5	16,7	2	6,7	2	6,7
Mandioca	3	10,0	5	16,7	1	3,3
Sem resposta	4	13,3	4	13,3	4	13,3

Já atrás dissemos que a agricultura desenvolvida no CRD é de subsistência, considerando a questão penosa da água, as culturas que de uma forma ou de outra que são colhidas são do grosso modo para o auto consumo e só mesmo um pequeno excedente é canalizado ao mercado. Devido aos hábitos alimentares da população as principais culturas para autoconsumo são a mandioca, o milho e a ginguba referidas em 1º, 2º e 3º lugar respectivamente.

Tabela 4.29 – Actividades agrícolas de auto-consumo

	1º Lugar		2º Lugar		3º Lugar	
	Número	%	Número	%	Número	%
Mandioca	13	43,3	3	10,0	4	13,3
Milho	8	26,7	14	46,7	5	16,7
Ginguba	0	0,0	1	3,3	11	36,7
Banana	5	16,7	6	20,0	6	20,0
Hortícolas	1	3,3	0	0,0	1	3,3

Batata	0	0,0	3	10,0	0	0,0
Sem resposta	3	10,0	3	10,0	3	10,0

Do estudo realizado, Tabela 4.30, verificou-se que, persiste ainda nas zonas rurais de Angola e o CRD não é uma exceção, de que o homem ou marido se existir, (23,3%), é o responsável na alimentação da família, razão pela qual a primazia é de todos membros da família trabalharem na lavra do pai/mãe, para segurança alimentar familiar, melhor ainda, se o casal vive em comunhão de mesa e em harmonia (50%). Através da análise estatística verificamos que existem diferenças entre as respostas dos agricultores e das agricultoras, os agricultores responderam homens e as agricultoras mulheres, repartindo-se proporcionalmente a resposta em ambos.

Tabela 4.30 – Responsável por alimentar a família

	Número	Percentagem
Homem	7	23,3
Mulher	6	20,0
Homem e mulher	15	50,0
Sem resposta	2	6,7
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Responsável por alimentar a família*sexo		0,002

Tal como atrás dissemos, por razões culturais a tomada de qualquer decisão no seio da família é do chefe, geralmente é o homem se esse existir, caso não possa ser, a mãe ou o filho mais velho. No gasto do dinheiro não se foge a esta regra, pois o homem é responsável na planificação sobre alimentação, vestuário, saúde, educação escolar das crianças e outras necessidades. Através da análise estatística verificamos que existem diferenças entre as respostas dos agricultores e das agricultoras, os agricultores responderam homens e as agricultoras mulheres, repartindo-se proporcionalmente a resposta em ambos (Tabela 4.31).

Tabela 4.31 – Tomada de decisão sobre gastar dinheiro

	Número	Percentagem
Homem	11	36,7
Mulher	7	23,3
Homem e mulher	6	20,0
Sem resposta	6	20,0
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Tomada de decisão de como gastar o dinheiro*sexo		0,005

Basicamente, o pequeno dinheiro que um ou outro adquire é usado na compra de bens alimentares de origem industrial, na escola dos filhos para aquelas localidades onde existe escola ou escola de explicação, como na compra de roupa (Tabela 4.32).

Tabela 4.32 – Actividades de uso do dinheiro

	Número	Percentagem
Compra alimentos	12	40,0
Escola dos filhos	7	23,3
Compra roupa	2	6,7
Compra animais	1	3,3
Sem resposta	8	26,7

#### 4.4 – Caracterização da ligação ao mercado

Os factores de produção são adquiridos fundamentalmente nos mercados local e municipal (83,3%) devido ao preço relativamente baixo enquanto poucos fazem uso das lojas pelos preços elevados por estas praticados, mas sobretudo a distância já que as lojas só existem nas zonas urbanas. Não existem diferenças no local de compra dos factores de produção entre agricultores e agricultoras.

Considerando a fraca produtividade resultante da situação da falta de chuvas e da falta de meios tecnológicos capazes de irrigar os campos agrícolas, o pouco que cada um consegue produzir é vendido no mercado local ou melhor junto a estrada Nacional Nº 220. Somente 6,7% responderam que têm tido uma produção que justifica o recurso ao mercado municipal, tratam-se dos produtores de hortícolas tais como: beringela, cebola, couves, tomate cenoura e outros de natureza similar, produzidas com ajuda de pequenas motobombas postas na beira do rio, cuja capacidade de tiragem da água não vai além de 300 metros (Tabela 4.33).

Tabela 4.33 – Local de aquisição dos factores de produção comprados

	Número	Percentagem
Mercado local	13	43,3
Mercado municipal	12	40,0
Loja	2	6,7
Sem resposta	3	10,0
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Local de compra dos factores*sexo		0,174

Por outro lado e não obstante tratem-se de produtos perecíveis, o seu maior consumo verifica-se mais nas zonas urbanas, considerando o aglomerado populacional, os hábitos alimentares (saladas e certos temperos), e a possibilidade de conservação de tais produtos. Estes factores justificam o seu transporte e comercialização nos mercados como do Uíge, Caxito e de Luanda, onde os rendimentos são julgados serem melhores, comparativamente às vendas efetuadas na estrada Nacional 220. Embora sem ser estatisticamente significativo, as mulheres só vendem no mercado local e estrada, enquanto os homens também vendem no mercado municipal. Os agricultores com mais instrução vendem no mercado municipal enquanto os com menos instrução vendem no mercado local.

Tabela 4.34 – Local de venda dos produtos agrícolas

	Número	Percentagem
Mercado local	7	43,3
Junto estrada	8	40,0
Mercado municipal	4	6,7
Sem resposta	11	36,7
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Local de venda dos produtos*sexo		0,100
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Local de venda dos produtos*Nível de instrução		0,026

A Tabela 4.35 vem elucidar quão é difícil o meio de transporte das localidades ou pelo menos da estrada Nacional para os mercados do Sassa em Caxito e de Luanda. Os transportes já saem do Uíge-Quibaxe-Úcua lotados e os autocarros e Hiaces ou taxistas não param para levar mais alguém, o que faz com que a maioria circule longas caminhadas a pé enquanto os poucos que possuem transporte pessoal são os não residentes, os que simplesmente possuem aí espaços onde praticam agricultura e dão quando podem boleia às pessoas necessitadas. Por género, as diferenças entre homens e mulheres são estatisticamente significativas, as mulheres usam o transporte a pé enquanto os outros tipos de transporte são usados pelos homens. O nível de instrução favorece o transporte pessoal, menos instrução o transporte a pé.

Tabela 4.35 – Meio de transporte para o mercado

	Número	Percentagem
A pé	13	43,3
Transporte pessoal	5	16,7
Transporte público	1	3,3
Sem resposta	11	36,7
Nível de significância do teste Qui Quadrado – Meio de transporte para o mercado*sexo		0,036
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Meio de transporte*Nível de instrução		0,071

A venda dos produtos agrícolas tem a ver com produção de cada agricultor que tanto pode vender um, dois ou mais produtos. Na Tabela 4.36 os produtos mais produzidos e vendidos são o milho como é óbvio ocupa o lugar cimeiro com 66,7% dos agricultores a produzirem e venderem, por ter pouco tempo de maturação e o que mais se desenvolve quando houver chuvas seguido da banana e da mandioca. Com nível de instrução maior é menor a venda de mandioca e de ginguba.

Tabela 4.36 – Produtos agrícolas vendidos

	Número	Percentagem
Milho	20	66,7
Banana	17	56,7
Mandioca	12	40,0
Ginguba	9	30,0
Batata-doce	10	33,3
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Mandioca*Nível de instrução		0,022
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Ginguba*Nível de instrução		0,019

Apesar da pouca produção no CRD devido aos problemas já apresentados, ligados fundamentalmente, a seca ou falta da água, do pouco que se produz, as dificuldades na comercialização de tais produtos agrícolas fazem-se sentir considerando vários factores, tais como: vias de comunicação, transporte, meios de conservação e outras; o que obriga aos camponeses na sua maioria vendê-los ao longo da estrada nacional Uíge-Caxito-Luanda a preços por vezes impostos pelos clientes que circulam nessa via. Os poucos que transportam e comercializam nas cidades fazem-no com seus próprios meios.

Tabela 4.37 – Dificuldades na comercialização dos produtos agrícolas

	Número	Percentagem
Sem problema	6	20,0
Problema moderado	8	26,7
Grande problema	5	16,7
Sem resposta	11	36,7

#### 4.5 – Apoios à produção agrícola

Os apoios à produção agrícola por parte do estado, ONG's ou outras entidades afins, visam proporcionar um desenvolvimento harmonioso da actividade agrícola na comunidade, não só no fornecimento de *inputs* mas também na educação, sobretudo, da população que pratica agricultura em zonas áridas e semiáridas.

Nenhum agricultor normal recebe apoios para a compra de factores de produção, para a formação profissional e assistência. Para uma comunidade bastante pobre e com problemas de escassez de chuvas, as sementes reservadas para época agrícola seguinte muitas vezes acabam por ser consumidas pelas próprias famílias por falta de alternativas ou mesmo por impaciência em aguardar pela chegada das chuvas

Dois agricultores receberam apoio técnico para as culturas de hortícolas em termos de experimentação por uma ONG, nomeadamente, sementes, fertilizantes e trator para desbravar a terra.

Faz investimento pessoal nas culturas (66,7%) e pessoal e com apoio dos vizinhos (33,3%) a informação de um vizinho é oficiosa e tal como sabemos nem sempre é fiável.

Em termos de obtenção de informação, a televisão é o meio de maior impacto tendo em conta seu carácter áudio visual, e dos indicadores que a Tabela 4.38 nos apresenta, apenas 26,7% possuem televisão sendo que esta não tem o sinal da TPA (Televisão Publica de Angola) e se tiver, alguns usam-na para o sinal da parabólica e outros para apenas assistir filmes ou músicas ou teatro.

A seguir aos vizinhos e à união dos agricultores, o rádio tem sido o meio que mais ajuda tem prestado aos agricultores, apesar da escassez de pilhas e do sinal deficiente em alguns pontos do CRD (Tabela 4.38). O nível de instrução favorece a divulgação via rádio e televisão.

Tabela 4.38 – Meios de obtenção de informação

	Número	Percentagem
Vizinhos	28	93,3
União de agricultores	21	70,0
Rádio	19	63,3
Televisão	8	26,7
Governo	0	0
ONG internacional	0	0
ONG nacional	0	0
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Rádio*Nível de instrução		0,029
Nível de significância do teste Qui Quadrado - Televisão*Nível de instrução		0,039

## **CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO**

Neste capítulo abordamos em primeiro lugar as conclusões, em segundo as recomendações, em terceiro as limitações e por último a investigação futura.

### **5.1- Principais conclusões do trabalho**

As dificuldades do desenvolvimento da agricultura no Corredor do Rio Dande (CRD) não podem ser única simplesmente da responsabilidade da falta de chuvas, mas sobretudo, ao fraco investimento tecnológico e de infraestruturas capazes de fazer face a esse desiderato, pois, o clima, o relevo, particularmente, o sol abundante proporciona condições para um desenvolvimento invejável de todo o tipo de culturas praticadas na região e não só.

Considerando o tipo da agricultura precária praticada na região, verificou-se um envelhecimento da população camponesa, que apresentou uma média de idade de 50 anos, uma vez que, a juventude é obrigada a procurar algumas oportunidades de emprego, de instrução, em suma, de melhores condições de vida nas zonas urbanas.

O maior distanciamento entre pequenas localidades construídas a volta das lavras e rios com a família, em relação as grandes concentrações populacionais onde são colocadas escolas e postos médicos, dificulta em grande medida, a escolarização das crianças e o tratamento médico daquelas famílias que têm que percorrer longas distâncias a procura desses serviços.

O uso da lenha e do carvão, como actividade comercial de luta para sobre vivência das populações, contribui grandemente para a desertificação e a desmatção do ecossistema; Não existem condições óptimas de habitabilidade, pois cerca de 50% das casas na região são de pau a pique, 40% de adobe feito de barro e apenas 10% são de tijolo ou construção definitivas.

O uso da água imprópria para o consumo humano tem sido um dos maiores vetores de transmissão de doenças, sobre tudo, tropicais na região, pois, a água vem do rio, cacimba e ou nascente.

A questão do lixo no campo não é muito preocupante, pois, não existe motivos para produção de muitos resíduos sólidos, devido ao pouco consumo de alimentos manufaturados que possuem embalagens, todavia, os resíduos criados tem merecido o tratamento de recolha individual, aterro ou queima.

A produção manual ou tradicional da mandioca, cultura identificada neste estudo como sendo a que constitui a dieta alimentar principal dos povos que habitam a região



estudada não só é bastante morosa mas também desgastante em cada uma das suas etapas até chegar a mesa.

A produção da mandioca e de outras culturas é feita manualmente na sua grande maioria, o que dificulta uma maior produtividade.

A ausência constante de chuvas na região não deve constituir condição indispensável para desenvolvimento da agricultura na região, sobretudo aquelas lavras a beira do rio, pois, através de uma pequena motobomba de 3KVA é possível irrigar uma lavra de 1ha, por exemplo.

A carne de caça consumida pela população do CRD não é tratada e às vezes é consumida em estado já degradada, pois, só é consumida no seio da família quando não é comprada. O objectivo principal da caça não é para alimentar a família mas sim para vender, com vista, a obter algumas economias ou rendimento.

Existe falta de apoio tecnológico, quer de sementes, de educação e de informação no uso da terra pelos camponeses. Nota-se pouco investimento no estudo do desenvolvimento rural nas zonas semiáridas, fazendo com que o fim da carência que essa população vive hoje não esteja para breve.

Falta uma educação para a promoção da mulher, pois esta continua ser a considerada, pelo menos, na zona rural, como sendo a ultima a ser ouvida na tomada de qualquer decisão.

A falta de escolas, de programas de alfabetização ou formação de adultos e centros médicos em algumas localidades, contribui no fraco desenvolvimento cultural e sanitário da comunidade estudada.

Falta a esta comunidade a cultura do uso de tracção animal e porquê não o trator que a ajudariam em grande medida no desenvolvimento da sua agricultura, já que os instrumentos rudimentares, a enxada, catana machado, apenas proporcionam uma actividade de sobrevivência.

O não uso, por exemplo, de tracção animal, tractor e outros meios modernos para a prática da agricultura condiciona ou reduz a população do CRD a uma produção de mera subsistência.

Existem deficiências no transporte público que apoie as comunidades no acesso aos mercados, com vista, ao escoamento dos seus produtos.

O sinal da televisão não tem chegado às comunidades do CRD e o sinal da radio chega com bastante deficiência, o que limita as acções de divulgação agrícola e na utilização

de meios afins. O que faz com que a educação agrícola e as formas de cultivo de varias culturas sejam transmitidas através de vizinhos e nas reuniões das cooperativas.

Considerando a natureza da agricultura familiar praticada, contactou-se no geral poucos que trabalham com empregados e, os que têm, geralmente, não são camponeses residentes da região.

A posse de terra referida no Capítulo 4 tem apenas um carácter administrativo, pois, segundo a legislação angolana a terra pertence ao estado.

Os factores de produção são adquiridos por meio de compra mais de 80% nos mercados local e municipal, não havendo no geral, o capital investido devido a fraca produção resultante da seca.

## **5.2 - Recomendações**

Proporcionar maior investimento no estudo do desenvolvimento da agricultura em zonas semiáridas, para que se possa acabar ou reduzir as dificuldades que tanto passam as populações do CRD, de formas que a juventude, como força motriz, tenha incentivos para sua permanência na região.

Criar incentivos, como escolas secundárias, melhoramento de vias e meios de comunicação, que garantam a permanência da juventude na região, para que, o campo não seja apenas para velhos e crianças.

Ver da possibilidade de construção de escolas primárias e do 1º Ciclo do Ensino Secundário consideradas obrigatórias e postos médicos, que possam resolver situações que contribuem para a situação precária das comunidades. E mobilizar os chefes de famílias para que coloquem as crianças em idade escolar nas grandes localidades onde já existem escolas para instrução das mesmas.

Desenvolver políticas que desencorajem as populações a não destruírem tanto o ecossistema ou desmatção com intuito da fabricação da lenha e do carvão, promovendo a oferta ou venda em preços módicos de fogão a gaz ou fogão primo (à petróleo) e os respectivos combustíveis.

Educar as populações a tratarem a água para beber, de acordo com as recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e criar fontenários com água tratada, evitando que cada um trate-a a sua forma;

Criar condições para mecanização agrícola dos campos de produção da mandioca como alimento fundamental na dieta alimentar da região, bem como a mecanização de outras culturas praticadas no CRD.

Investir em meios modernos capazes de serem úteis em todas as etapas de produção da mandioca, evitando o trabalho penoso afluído no capítulo 4.

Criar condições de irrigação através do rio Dande.

Criar incentivos às famílias para domesticar animais de grande e pequeno portes, tais como: gado, caprino, suíno e avícola de forma convencional, com intuito de alimentar saudavelmente as mesmas famílias e poderem obter algumas economias.

Criar hábitos a população de uso dos *inputs* agrícolas, quer convencionais quer modernos, capaz de potenciar a agricultura que os garante não só a alimentação, mas também uma economia familiar estável e não só.

Quanto a questão da habitação na região, recomendamos um estudo as autoridades no sentido de se criar políticas de distribuição de chapas de zinco e o incentivo a feitura de adobes no lugar de tijolos tendo em conta os custos deste último, de forma que a população possa ter casas minimamente aceites quanto a sua condição de habitabilidade. Que o estado, as associações e ONG's devem apoiar os camponeses do CRD, em termos de infraestruturas, meios tecnológicos, educação, informação sobre o uso da terra e na condição social.

Apoiar, transformar, estruturar progressivamente a agricultura familiar numa produção de mera subsistência para produção virada para o mercado.

Elevar os níveis de rendimento da produção agropecuária familiar utilizando as tecnologias mais eficientes.

### **5.3 - Limitações do estudo**

A primeira limitação sentida foi a escassez ou falta de bibliografia ou obras de investigação onde constem estudos sobre o Corredor do Rio Dande, em particular, da zona semiárida ao sul deste corredor que deviam servir de referência para esta pesquisa. A falta de abertura e indisponibilidade por parte da população em conceder entrevistas, responder a um inquérito ou pelo menos responder a uma simples pergunta por razões objectivas e subjectivas, tendo provocado dificuldades e morosidade na elaboração do trabalho.

A produtividade irregular dos camponeses e conseqüente falta de perspectivas de boa colheita provocadas pela seca que sempre se faz sentir, fez com que fosse impossível a apresentação de dados estatísticos que dizem respeito aos rendimentos dos povos CRD na região em estudo.

#### **5.4 - Investigação futura**

Com apoio das autoridades e à semelhança das técnicas usadas no projecto do perímetro de irrigação Caxito Rega para a produção da banana e hortícolas devem ser extensivas a Tari, Santa Amboleia, Jungo e outras localidades com características climáticas idênticas para que possam condignamente desenvolver a sua produção agrícola de forma organizada, quer em associações quer em cooperativas ou mesmo de forma singular, sem de pendam das chuvas.

Que haja um estudo sobre a mecanização da produção, fermentação, secagem e moagem dos derivados da mandioca, aumentando assim a sua produtividade e o rendimento económico e consequente crescimento do nível de vida da população.

Devem ser levadas em consideração as tecnologias actuais e propostas por Santos (1999) na produção intensiva de mandioca, pois, a sua análise, aprovação e implementação na produção da mandioca traria grandes vantagens na modernização do seu processo produtivo e rentabilização. Procurando sair assim, de uma actividade de mera subsistência e familiar, para a de economia sustentável que deverá criar mais economia para essas famílias sofredoras, dando-lhes um salto qualitativo nas suas vidas. Desenvolver um estudo profundo da produção da banana pão, por ser uma espécie mais procurada e mais valorada do país, em relação aos solos e clima.

## BIBLIOGRAFIA

- Alves, A.G.M.(2003). *As Cooperativas Agropecuárias e o BRDE: Histórico, Situação Actual e Perspectivas*. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Porto Alegre. Disponível no site <http://www.brde.com.br>. Acesso em 15/11/2009.
- Caride, J. A., Meira, P.A. (2004). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Instituto Piaget, Lisboa.
- Carvalho, Paulo (2004a). *Exclusão Social em Angola. O Caso dos Deficientes Físicos de Luanda*, Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE.
- Carvalho, Paulo (2004b). “Dimensão Subjectiva da Pobreza na Cidade de Luanda”, comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.
- CEIC/UCAN (2010). Relatório Económico Anual de Angola 2009, Universidade Católica de Angola, Luanda.
- CEIC/UCAN (2011). Relatório Económico Anual de Angola 2010, Universidade Católica de Angola, Luanda.
- Ceita, Camilo (2001). “Caracterização da Pobreza em Angola. Perfil da Pobreza 2000, Dados Preliminares”, comunicação apresentada ao Seminário sobre Políticas Sociais, Luanda.
- Comissão Nacional de Apoio A Cooperativização (1987). *O Movimento Cooperativo em Angola*, Documento do 3º Seminário Nacional de Cooperativização Agrícola. Wako-Kungo, Maio.
- Diniz, Alberto Castanheira (1973). *Características mesológicas de Angola*, MIAA, Nova Lisboa.
- Diniz, Alberto Castanheira (1998). *Angola o Meio Físico e Potencialidades Agrárias*, Instituto da Cooperação Portuguesa.
- Ducados, Henda L. (1994). “Women, Poverty and the Informal Sector in Luanda’s Peri-Urban Areas”, comunicação apresentada ao Development Workshop, Luanda.
- Ducados, Henda L. (2000). “Género, Raça e Classe - A Feminização da Pobreza: A Estratificação do Sector Informal Urbano de Luanda”, comunicação apresentada ao I Simpósio Internacional: o desafio da diferença. A Articulação entre género, raça e classe nos estudos culturais e nas políticas de identidade.
- FAO Statistical Yearbook (2010). Disponível em <http://www.fao.org/economic/ess/ess-publications/ess-yearbook/ess-yearbook2010/en/> acedido em Agosto 2011.
- Governo de Angola (2005). *Estratégia de combate à pobreza, reinserção social, reabilitação e reconstrução e estabilização económica*, Ministério do Planeamento, Luanda. Governo de Angola/Sistema das Nações Unidas - *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Ministério do Planeamento, Angola.
- Grave, Júlia; Gilberto Ribeiro (1999). “Perfil da Pobreza em Angola. Principais Causas e Consequências”, *Anais da III Jornada Técnico Científica da FESA*, Luanda, Fundação Eduardo dos Santos.
- Henriques, P; Carvalho, M.L; Branco, M.; Bettencourt, E. (2004). *Economia da Saúde e da Produção Animal*. Edições Sílabo, Lisboa.

Huambo Rural - *Boletim de Informação Geral para o Desenvolvimento Agro-Pecuário*, Campanha Agrícola.2006/2007.

INE (1996). “Perfil da Pobreza em Angola”, Luanda.

INE (2010). “Inquérito Integrado sobre o Bem Estar da População-2010”, Ministério do Planeamento, Luanda.

Luís, José M. (2006). *Boletim Informativo Trimestral da UNACA* – Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola, Ano 8º, Outubro/Dezembro.

M'Bomba, M., Henriques, P. D., Rego, M.C., Carvalho, M.L.S. (2009a). Desenvolvimento rural e a redução da pobreza no Norte de Angola, *Revista Angolana de Sociologia*, Dezembro de 2009, n.º 4, pp. 67-86

M'Bomba, M., Henriques, P. D., Rego, M.C., Carvalho, M.L.S. (2009b). “Estratégias de Desenvolvimento Rural para a redução da pobreza - o caso dos municípios de Alto-Cauale, Ambaca e Negage, Norte de Angola”, Actas do I ELA em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural, Évora

MINADER & FAO (1997). “Inquérito aos Agregados Rurais. Resultados, Luanda”, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Organismo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

MINADER (2007) – Relatório da Campanha Agrícola 2005/06

MINADER (2008) – Relatório da Campanha Agrícola 2006/07

MINADERP (2009) - Plano Bienal do Sector Agrário (2010/2011)

MINADERP (2010) – Resultados da 1ª Época e estimativas da Campanha Agrícola 2008/09

MINAGRI (2009) – Relatório da Campanha Agrícola 2007/08

Mosca, João (2004). *SOS Africa*. Lisboa, Editora Piaget.

Ndjamba, André Kapiñgala Imbo (2007). “Caracterização do Sistema Familiar de Produção de Batata Rena (*Solanum tuberosum* L.) na Comuna da Calenga”. Faculdade de Ciências Agrárias. Huambo.

Neto, João Ferreira da Costa (1998). *Os Camponeses e o Desenvolvimento Agrícola Rural de Angola*, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento rural e das Pescas, GPPAA – Gabinete de Planeamento e Política Agroalimentar.

Neto, João Ferreira; Baptista, Fernando Oliveira & Cabral, Carlos (2006). “Angola: Agriculturas e Alimentação”, in: Ilídio Moreira (org.) *Angola – Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural*, vol I, Lisboa, Isa Press, 403-420.

Neves, Martinho (2005). *Guia Técnico de Moçambique*, Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique.

ONU DP (Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de População) (2010). *World Urbanization Prospects: The 2009 Revision Population Database*, disponível em

<http://esa.un.org/wup2009/unup/index.asp?panel=1>, acedido em Agosto 2011.

Pacavira, Rosa & Pacheco, Bernardo (2006). “Luanda e sua área periurbana - um desafio de desenvolvimento e de segurança alimentar”, in: Ilídio Moreira (org.) *Angola*

– *Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural*, vol I, Lisboa, Isa Press, 435-449.

Pacheco, F, M.L.S.Carvalho; P.D.S. Henriques (2011)- “Contribuição para o debate sobre a sustentabilidade da agricultura angolana”, 2º Encontro Luso-Angolano em Economia, sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Luanda.

Paulo, Clemente de Oliveira (2006). *Fortalecimento das Micro Empresas Agrícolas Familiares*, Huambo. Angola.

Pinto, João (2008)- “A construção da política de segurança alimentar e nutricional em Angola”, dissertação de mestrado, UFRRJ, Rio de Janeiro.

PNUD (2005a). *Angola, Objectivos do Desenvolvimento do Milénio*, New York.

PNUD (2005b). Relatório de Desenvolvimento Humano, *Construindo uma Paz Social em Angola*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, New York.

PNUD (2008). Human Development Report 2007/2008- *Fighting climate change: Human solidarity in a divided world*. Disponível em <http://hdr.undp.org/hdr2006/pdfs>. Acedido em Agosto 2011.

PNUD (2010). Relatório de Desenvolvimento Humano, *A verdadeira riqueza das nações*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, New York.

PNUD (2011). Relatório de Desenvolvimento Humano, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, New York.

República de Angola (2009). *Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* (ENSAN).

República de Angola (2010). Relatório Fundamentado do Orçamento Geral do Estado (OGE 2011).

Sanfélix, Francesc Garcia i (2006). *La Comercialización en la Provincia de Huambo*. Universidad Politécnica de Valencia.

Santos, Domingos dos (2000). Processamento tradicional de mandioca em condições ambientais da zona agrícola nº 3.- IMAK – Uíge

Visão Mundial (2007). *Manual de treinamento para pequenos agricultores sobre agronegócios*. Programa de Acesso aos Mercados. Huambo. Setembro.

## ANEXO 1

### QUESTIONÁRIO AOS AGRICULTORES

#### NOME DO AGRICULTOR:

#### A - Caracterização socioeconómica

1. Idade ----- Anos

2. Sexo:

Masculino [ ] Feminino [ ]

3. Estado civil:

Solteiro [ ] Casado [ ] Divorciado [ ] Viúvo [ ] Outros [ ] Não respondeu [ ]

4. Nível de escolaridade:

Sem escolaridade [ ] Ensino primário [ ] Ensino pré secundário [ ]  
Ensino secundário [ ] Nível superior [ ] Não respondeu [ ]

5. Número e idade dos membros da família?

Familiar	Idade	Nível de escolaridade
Mulher/Marido		
1º Filho		
2º Filho		

6. Qual é o tipo da sua residência?

Casa de adobe [ ] Casa pau-a-pique [ ] Casa de tijolo [ ]  
Casa (com condição permanente) [ ] Outro [ ]. Qual?

7. A energia usada para cozinhar é:

Lenha [ ] Carvão [ ] Gás Butano [ ] Outros [ ] Quais?

8. A luz usada na sua residência é:

Lampião [ ] Petromax [ ] Gerador [ ] Paine solar [ ] Energia eléctrica [ ]

9. Qual é a fonte da água para consumo humano?

Água nascente [ ] Cacimba [ ] Canalizada em casa [ ] Fontenário [ ]

10. Tratamento de água

Água é consumida sem tratamento [ ] Água é consumida com tratamento [ ]

11. Destino dado ao lixo doméstico

Jogado na superfície da terra [ ] Queimado [ ] Enterrado [ ] Lixo [ ]



Recolhido através da colecta domiciliária [ ]

12. Existência ou ausência de serviços educacionais para o agricultor e família:

Ausência de escolas [ ]

Escolas de educação infantil [ ] Escolas de ensino primário [ ]

Escolas de ensino pré-secundário [ ] Escola de ensino secundário [ ]

Outros [ ] Quais?.....

13. Existência ou ausência de serviços de saúde para o agricultor e família:

Ausência de serviços [ ]

Hospital [ ] Centro de saúde [ ] Dispensário [ ] Posto de saúde [ ]

Outros [ ] Quais?.....

14. Que bens possui para melhorar a qualidade de vida?

Rádio [ ] Televisão [ ] Antena parabólica [ ] Fogão a querosene [ ]

Frigorífico [ ] Outros [ ] Quais .....

15. Quantas vezes comem carne por mês? ☐

16. Quantas refeições fazem por dia?

Mata-bicho [ ] Pequeno-almoço [ ] Almoço [ ] Merenda [ ] Jantar [ ]

## B - Produção agrícola

17. A quem pertence a terra utilizada na agricultura?

Propriedade própria [ ] Comunidade [ ] Estado [ ] Outros [ ] Quais ?.....

18. Se a terra é propriedade própria, como obteve a terra?

Herança [ ] Compra [ ] Estado [ ] Outros [ ]

Quais?.....

19. Se a terra é propriedade própria, de quem é a terra?

Homem [ ] Mulher [ ] Ambos [ ]

20. Quem tem acesso à posse da terra, em futura transmissão?

Filhos homens [ ] Filhas mulheres [ ] Ambos [ ] Outros [ ]

21. Quem toma as decisões de cultivo da terra ?

Homem [ ] Mulher [ ] Ambos [ ]

22. Culturas e áreas e produções

Culturas	Área (ha)	Produção (Kg/ha)
Mandioca		
Milho		
Ginguba		
Banana		
Batata		

Feijão		
Gergelim		
Hortícolas		

### 23. Tipo de tracção utilizada

Ferramentas Não ☐ Sim ☐ própria ☐ Alugada ☐  
 Animal Não ☐ Sim ☐ própria ☐ Alugada ☐  
 Mecânica Não ☐ Sim ☐ própria ☐ Alugada ☐  
 Outros Não ☐ Sim ☐ Quais? ☐ Própria ☐ Alugada ☐

### 24. Tecnologia de produção

Preparação do terreno: manual ☐ animal ☐ mecânica ☐  
 Sementeira: manual ☐ animal ☐ mecânica ☐  
 Monda: manual ☐ animal ☐ mecânica ☐  
 Colheita: manual ☐ animal ☐ mecânica ☐

### 25. Faz adubações? Não ☐ Sim ☐

Se sim, para que culturas:

### 26. Faz tratamentos fitossanitários? Não ☐ Sim ☐

Se sim, para que culturas:

### 27. A água para a rega provém de:

Chuva ☐ Rio ☐ Nascente ☐ Canal ☐ Outra ☐ Qual?

### 28. Se utiliza água para rega de canal para que culturas:

### 29. Quais os familiares trabalham na agricultura

Marido ☐ Mulher ☐ Filhos ☐ Outros ☐

### 30. Indique quais os factores que influenciam a sua produção. Ordene 1º, 2º, 3º,....

Infestantes ☐

Excesso de água ☐

Seca ☐

Vento ☐

Aves e animais ☐

Doença das plantas ☐

Outros ☐ Quais?

## C - Rendimento e Autoconsumo agrícola

### 31. Quais as principais actividades agrícolas em termos de rendimento?

- 1.
- 2.
- 3.

### 32. Quem toma as decisões de como gastar o dinheiro?

Homem ☐ Mulher ☐ Ambos ☐

33. Como gasta o dinheiro que obtém com a venda?

Compra de animais [ ] máquinas [ ] Escola dos filhos [ ] Roupas [ ]

Alimentos [ ] Poupança [ ] Outros [ ] Quais?.....

34. Quais as principais actividades agrícolas em termos de autoconsumo familiar?

1.

2.

3.

35. Quem é responsável por alimentar a família?

Homem [ ] Mulher [ ] Ambos [ ]

## D - Comercialização

36. Quais os factores de produção que compra?

Sementes [ ] adubos [ ] pesticidas [ ] Outros [ ] Quais?.....

37. Onde compra os factores de produção?

Mercado local [ ] mercado municipal [ ] loja [ ] Estado [ ] igreja [ ]

vizinhos [ ] cooperativa [ ] ONG [ ]

38. Quais os produtos que vende?

39. Onde vende os produtos?

Mercado local [ ] mercado municipal [ ] loja [ ] Estado [ ] ONG [ ]

40. Indique que tipo de transporte normalmente usa para vender os seus produtos

Transporte público [ ] transporte pessoal [ ] animal [ ] a pé [ ] outros [ ]

Quais?

41. Que problema enfrenta na comercialização e na produção?

1 = sem problemas 2 = problema moderado 3 = grande problema 4 = muito grande problema

	Classificação
preços dos factores são muito altos	
custos de transporte muito altos	
preço de venda muito baixo	
Flutuação de preço	
Demanda reduzida	
Difícil acesso aos mercados	
Outros quais?	

## E - Apoios

42. Recebeu apoios para a compra de factores de produção? Não [ ] Sim [ ]

Se recebeu apoios de quem recebeu?

Estado [ ] ONG's nacionais [ ] ONG's internacionais [ ] Outros [ ] Quais?

43. Recebeu formação profissional agrícola? Não [ ] Sim [ ]  
Se recebeu formação profissional agrícola de quem recebeu?  
Estado [ ] ONG's nacionais [ ] ONG's internacionais [ ] Outros [ ] Quais?

44. Quais as áreas em que recebeu apoios para a formação profissional?

45. Recebeu apoio técnico às culturas? Não [ ] Sim [ ]  
Se recebeu apoio técnico às culturas, foi de  
Estado [ ] ONG's nacionais [ ] ONG's internacionais [ ] Outros [ ] Quais?

46. Indique que tipo de assistência recebeu  
Processo de produção [ ] Processo de transformação [ ] Comercialização [ ]  
Conservação [ ] Outros [ ] Quais?

47. Onde obtém normalmente informações sobre a tecnologia e as culturas?  
Governo/MADR/Extensão [ ] ONG's internacionais [ ] ONG's nacionais [ ]  
Vizinhos [ ] Reunião de grupos de agricultores [ ] Rádio [ ] Televisão [ ]  
Outros [ ] Quais?

48. Se investe nos custos da produção das culturas obtém o dinheiro de  
Crédito [ ] Pessoal [ ] Vizinhos [ ] Outros [ ] Quais?.....

49. Se recebeu crédito, indique de onde  
Governo/MADR [ ] Bancos comerciais [ ] Micro finança [ ] ONG  
internacionais [ ] ONG's locais [ ] Outros [ ]  
Quais?.....